



Universidade Federal do Amapá
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras (PPGEF)

Richard Peixoto Paz

**Análise e Mapeamento de Conflitos na Região das Guianas
2008-2018**

Macapá
2018

Richard Peixoto Paz

**Análise Mapeamento de Conflitos na Região das Guianas
2008-2018**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras (PPGEF-UNIFAP) para obtenção de título de Mestre em Estudos de Fronteiras

Área de concentração: Ciência Política e Relações Internacionais

Orientador: Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Macapá

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Orinete Costa Souza – CRB11/920

Paz, Richard Peixoto.

Análise mapeamento de conflitos na região das Guianas 2008-2018 / Richard Peixoto Paz ; Orientador, Paulo Gustavo Pellegrino Correa. – Macapá, 2018.

93 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira.

1. Relações internacionais. 2. Conflitos. 3. Região das Guianas. 4. Segurança internacional. 5. Paz. I. Correa, Paulo Gustavo Pellegrino. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

327.16 P348a
CDD. 22 ed.

Nome: Richard Peixoto Paz

Título: Análise e Mapeamento de Conflitos na Região das Guianas 2008-2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteiras da Universidade Federal do Amapá para obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteiras

Aprovado em: 13/12/2018

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr Paulo Gustavo Pelegriano Correa



Assinatura

Prof. Dr Jodval Mauricio da Costa

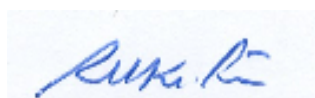
Julgamento: *Aprovado*



Assinatura

Prof. Dr. Mark Kirton

Julgamento: *Aprovado*



Assinatura

Agradecimentos

Toda jornada pessoal de realizações implica em reconhecimento dos que se esforçaram e dos que torceram para que o caminho fosse possível. Sendo assim, agradeço primeiramente a Deus pela força e cuidado em mais uma vitória que é a conclusão deste curso de mestrado. Em segundo lugar, agradeço aos meus pais, seu Ronilson e Keila Paz, por acreditarem e investirem tempo, recursos e orações para que fosse possível terminar este curso apesar das grandes dificuldades que pareciam intransponíveis. Agradeço à minha companheira, parceira, amiga e namorada, Jennifer Santana, que foi testemunha próxima das dificuldades e ansiedades em relação ao futuro. Agradeço ao professor e orientador Paulo Gustavo pelas orientações, chamadas de atenção e incentivos que foram bastante significativos nessa jornada. Aos companheiros de turma os meus sinceros agradecimentos, em especial pelos “papos” e “babados” compartilhados nos corredores da universidade com a Brenda e a Kamila, companheiras de turma e pesquisa que além de conversas me ajudaram na revisão da dissertação. Por fim, agradeço ao colegiado do PPGEF por compartilharem seus conhecimentos conosco. Gostaria ainda de registrar minha gratidão pela oportunidade de me graduar e pós-graduar na Universidade Federal do Amapá, instituição que carrego um carinho enorme pela contribuição na formação intelectual.

RESUMO

Os conflitos nas Relações Internacionais são abordados por duas principais abordagens: Segurança e Paz. O conflito pelo viés da segurança tem a ameaça como principal eixo conceitual, por outro lado, a perspectiva da paz possui a violência como principal conceito. Desta forma, a pesquisa se embasou no viés teórico dos Estudos de Paz a partir dos conceitos de conflito, paz e violência. Com buscas em fontes secundárias, isto é, na bibliografia e nas pesquisas de banco de dados de conflitos, a pesquisa teve como objeto os conflitos na Região das Guianas nos anos 2008-2018. Objetivando analisar e mapear os conflitos existentes a pesquisa chegou aos seguintes resultados 31 conflitos verificados na qual, 22 foram registrados na Venezuela, 3 em Roraima e 0 no Amapá, 2 na Guiana Francesa, 2 no Suriname e 2 na Guiana. A partir das análises coletados foi considerar que os conflitos derivam de estruturas sociais desiguais, o que condiciona ao surgimento da violência estrutural, o que por fim gera no ambiente social a paz negativa.

Palavras Chaves: **Paz; Região das Guianas; Segurança; Conflito**

ABSTRACT

Conflicts in International Relations are addressed by two main approaches: Security and Peace. Conflict through security bias has the threat as the main conceptual axis; on the other hand, the perspective of peace has violence as the main concept. In this way, the research was based on the theoretical bias of Peace Studies based on the concepts of conflict, peace and violence. With searches in secondary sources, that is, in bibliography and in the database searches of conflicts, the research had as object the conflicts in the Region of the Guianas in years 2008-2018. Aiming at analyzing and mapping the existing conflicts the research reached the following results: 31 conflicts in which 22 were registered in Venezuela, 3 in Roraima and 0 in Amapá, 2 in French Guiana, 2 in Suriname and 2 in Guyana. Based on the analyzes collected, it was considered that the conflicts derive from unequal social structures, which conditions to the emergence of structural violence, which ultimately generates negative social peace.

Key-Words: Peace; Guiana Region Security; Conflict

Sumário

1. Introdução	10
2. Bases Metodológicas	13
2.1 Mapeamentos globais de conflitos: metodologias e temas centrais	13
2.2 Proposta de produto técnico: Plataforma de Mapeamento e Análise de Conflitos na Região das Guianas	19
2.3 Metodologia	23
Tipos de Pesquisa.....	23
Fontes utilizadas	24
Classificações dos Conflitos: Variáveis de Análise	24
3. Bases teóricas dos Estudos de Paz	27
3.1 Os Estudos de Segurança Internacional e Estudos de Paz	27
3.2 Construção histórica dos EP	32
3.3 Conflito	37
3.4 Violência	38
3.5 Paz	40
4. Histórico da Região das Guianas	42
4.1 Brasil: Amapá e Roraima	44
4.2 Guiana Francesa	49
4.3 Suriname	52
4.4 Guiana	56
4.5 Venezuela	59
5. Conflitos na Região das Guianas: Resultados e Análise	62
5.1 Brasil: Roraima e Amapá	63
5.2 Guiana Francesa	67
5.3 Suriname	71
5.4 Guiana	74
5.5 Venezuela	77
5.6 Panorama geral dos conflitos	84
6. Conclusão	88
Referências Bibliográficas	89

Lista de Tabelas

Tabela 1	Tipo de Conflito.....	24
Tabela 2	Indicador de mortalidade relacionada ao conflito.....	25
Tabela 3	Indicador de refugiados/deslocados.....	25
Tabela 4	Concepções epistêmicas sobre Segurança Internacional.....	27
Tabela 5	Componentes das abordagens de Segurança e Paz.....	30
Tabela 6	Linhas de pesquisa dos Estudos de Paz.....	36
Tabela 7	Região das Guinas no FSI.....	43
Tabela 8	Indicador do aparelho de segurança (FSI).....	44

Lista de Figuras

Figura 1	Home Page do UCDP.....	16
Figura 2	Homepage do Environmental Justice Atlas (EjAtlas).....	19
Figura 3	Home Page do Fragile States Index.....	20
Figura 4	Organização dos Dados na Plataforma.....	22
Figura 5	Menu de Dados por Anos.....	22
Figura 6	Menu de Dados por Países.....	22
Figura 7	Menu de Dados por Classificação de Conflitos.....	33
Figura 8	Modelo de Exposição de Dados.....	23
Figura 9	Página inicial.....	24
Figura 10	Conflitos intra-estatais e inter-estatais nos anos 1990.....	37
Figura 11	Triângulo de Galtung.....	39
Figura 12	Tipologia da violência.....	41
Figura 13	Mapa de Roraima.....	47
Figura 14	Mapa do Amapá.....	47
Figura 15	Venezuela.....	62
Figura 16	Arco da instabilidade/estabilidade na América do Sul.....	65
Figura 17	Rota dos ilícitos na Amazônia Transnacional.....	69

Figura 18	Rota da cocaína peruana no norte do Brasil.....	69
Figura 19	Reservas Auríferas na Guiana Francesa.....	73
Figura 20	Litígio das Ilhas Monges.....	82
Figura 21	Território reclamado pela Venezuela.....	83
Figura 22	Nível do conflito na Região das Guianas.....	88
Figura 23	Tipo de Conflito na Região das Guianas.....	88
Figura 24	Mortalidade relacionada ao conflito.....	89
Figura 25	Refugiados/deslocados do conflito.....	90

Lista de mapas

Mapa 1	Conflitos nas Américas 2017.....	17
Mapa 2	Mapa interativo do InSightCrime.....	18
Mapa 3	Região das Guianas.....	44
Mapa 4	Guiana Francesa.....	51
Mapa 5	Suriname.....	55
Mapa 6	Guiana.....	59

Lista de Abreviaturas

UCDP	Upssala Conflict Data Program
FSI	Fragile State Index
FFP	Fund For Peace
EP	Estudos de Paz
EPP	Estudos para Paz
ESI	Estudos de Segurança Internacional
GF	Guiana Francesa
EJATLAS	Environmental Justice Atlas
HIK	Heidelberg Institute for International Conflict Research

1. Introdução

Os conflitos nas Relações Internacionais são fenômenos recorrentes e que são abordados de diferentes maneiras. Além das diferentes abordagens, a natureza dos conflitos também tende a mudar com o passar do tempo.

Se em épocas anteriores os conflitos partiam e se desenvolviam em uma lógica clausewitiana, ou seja, a partir da formação dos exércitos nacionais e da continuação da política por outros meios. Recentemente os conflitos se apresentaram como híbridos de guerras clássicas, guerrilhas, guerras informacionais e guerras proxy.

Ao caráter híbrido dos conflitos atuais soma-se a crise do monopólio legítimo da força do Estado que passa a disputar este monopólio com grupos internos em regiões periféricas, o que por consequência leva ao enfraquecimento da soberania nacional.

Seja por resultado de todas ou uma das características dos conflitos já citadas, a violência resultante deste fenômeno também se evidencia no ambiente social e é cristalizado em traumas, ideias pré-concebidas, polarizações e violências em uma estrutura social desigual.

A ameaça e o sentimento de ameaça inerente ao conflito são abordados pelos Estudos de Segurança Internacional que se desenvolveu no período da Guerra Fria. Tal abordagem gerou mecanismos conceituais amplamente observáveis no conflito Leste-Oeste como *equilíbrio de poder* via dissuasão nuclear ou *autoajuda* (self-help) estatal que alimentava o dilema de segurança.

Por outro lado, a transformação efetiva do ambiente conflituoso para um ambiente mais pacífico e negociável é um dos principais contrapontos oferecidos pelos Estudos de Paz à perspectiva clássica da segurança. Tal transformação se desenvolveria pela redução da violência no conflito.

Apesar de se desenvolverem a partir de gravidades conceituais distintas, ambas as perspectivas de análise dos conflitos se desenvolvem por vias interdisciplinares e transversais, podendo ambas serem analisadas por diferentes matrizes filosóficas e teóricas, desta forma, é possível encontrar as mais variadas

conceituações de suas abordagens. No entanto, na presente pesquisa serão considerados conceitos e abordagens pertencentes às Relações Internacionais.

Os diferentes pontos de partidas conceituais resultam e análise distintas dos conflitos, o que por vezes incidem em descrições diferentes de um mesmo objeto. Por exemplo, a América do Sul em uma perspectiva clássica do conflito é considerada pacífica. Isto porque tais conflitos interestatais são raros em sua história recente e não há discursos de ameaça ou de sentimento de ameaça entre os países da região.

Por outro lado, se analisarmos a região pelo viés da violência perceberemos a região como conflituosa. Isto porque devido às fragilidades estatais o monopólio legítimo da força é questionado por organizações criminosas e/ou estruturas sociais violentas e desiguais. E é neste contexto regional onde se situa a proposta desta pesquisa.

A proposta desta pesquisa é mapear e analisar os conflitos da Região das Guianas através da abordagem teórica dos Estudos de Paz, se balizando em seus três conceitos principais: violência, conflito e paz. A Região das Guianas compreende uma porção do norte da América do Sul que estados brasileiros de Roraima e Amapá, Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.

A análise e mapeamento serão expostos através da elaboração de um banco de dados online, no formato de site (será detalhado no capítulo metodológico), e a escrita de uma dissertação final.

A execução de tal pesquisa justifica-se pelo o fato de que apesar de haver mapeamentos globais sobre conflitos com diferentes metodologias e questões centrais, os dados sobre a Região das Guianas ainda são consideravelmente escassos.

O objeto de pesquisa terá como recorte geográfico a Região das Guianas e os seus conflitos. E o recorte temporal será de dez anos no período de 2008-2018.

O texto da dissertação encontra-se estruturado a partir da exposição metodológica procurando mostrar os mapeamentos já existentes e suas bases metodológicas, a proposta de banco de dados e os indicadores de análise dos dados. Em seguida será feita a exposição teórica dos conceitos utilizados na

pesquisa. Posteriormente a região será apresentada e por fim será realizada a análise dos conflitos na região.

Capítulo I

2. Bases Metodológicas

2.1 Mapeamentos globais de conflitos: metodologias e temas centrais

A pesquisa sobre conflitos data de meados dos anos 50 e 60 e apesar de relativamente recente, as pesquisas e mapeamentos de conflitos se desenvolvem múltiplas vertentes de análises e metodologias. A possibilidade de uso de tecnologias e recursos informacionais possibilitam a coleta de dados em diversas escalas de pesquisa e de monitoramento de conflitos.

No entanto, é notória a ausência de dados de pesquisas em determinadas regiões periféricas distantes dos eixos geopolíticos de interesse. Tal fenômeno é resultado tanto pelo alcance da rede de pesquisadores quanto do interesse dos veículos de informação, vide que grande parte dos bancos de dados de conflitos tem como fontes principais os serviços de informação.

Desta forma, a construção metodológica do mapeamento de conflitos na região das guianas terá como base as seguintes pesquisas de mapeamentos: *Conflict Barometer*, do HIIK (Heidelberg Institute for International Conflict Research), *Uppsala Conflict Data* da Uppsala University, *Insight Crime* – Insight Crime Foundation, *Environmental Justice Atlas* – Universidade Autônoma de Barcelona e o *Fragile States Index* do Fund for Peace.

Tais pesquisas serão utilizadas como base metodológica a partir da exploração de indicadores, definições, formato de exposição dos dados e além dos próprios dados possíveis e disponíveis sobre a região.

Os mapeamentos anteriormente citados possuem questões ou temas centrais que norteiam suas pesquisas. O que possibilita a construção de indicadores específicos de análise de cada pesquisa.

Segundo FERREIRA e SANT'ANNA (2015), o Conflict Barometer e Uppsala Conflict Data têm como os *conflitos violentos* conceito central. Embora ambos possuam o mesmo conceito central, as perspectivas se desenvolvem em sentidos distintos.

No Conflict Data da universidade de Uppsala o *evento* é a unidade de análise do banco de dados. A unidade é definida como:

The incidence of the use of armed force by an organized actor against another organized actor, or against civilians, resulting in at least 1 direct death in either the best, low or high estimate categories at a specific location and for a specific temporal duration (UPPSALA Conflict Data, 2018)

Desta forma, embora sem menção direta ao tipo do conflito, o banco de dados tem como referência de análise o conflito violento armado ou violento, sendo a contabilidade de mortes decorrentes do conflito o principal indicador de violência do conflito. Outra questão metodológica importante é a classificação do tipo violência. A classificação ocorre a partir de três conceitos: State-Based¹ Violence, Non-State Violence² e o One-Sided Violence³.

Por outro lado, no Conflict Barometer o indicador de violência varia em cinco níveis de conflitos – o indicador será mais explorado na seção seguinte. No entanto, é possível comentar que o indicador compreende conflitos não-violentos e a classificação do conflito opera a partir do nível de violência e fatalidades relacionadas ao conflito.

É também válido verificar que o barômetro tem uma especial atenção à descrição e aos dados relacionados aos conflitos. Desta forma, é possível verificar em sua metodologia o *item do conflito*, isto é, qual questão é reivindicada no conflito, a *intensidade da violência*, *nível dos armamentos* usados, os *refugiados* do conflito, *mortes* resultantes do conflito e o *nível de destruição*.

Também é necessário notar que ambos os mapeamentos (o Uppsala Conflict Data Program e o Conflict Barometer) possuem os seus resultados de seus levantamentos expostos em produtos distintos.

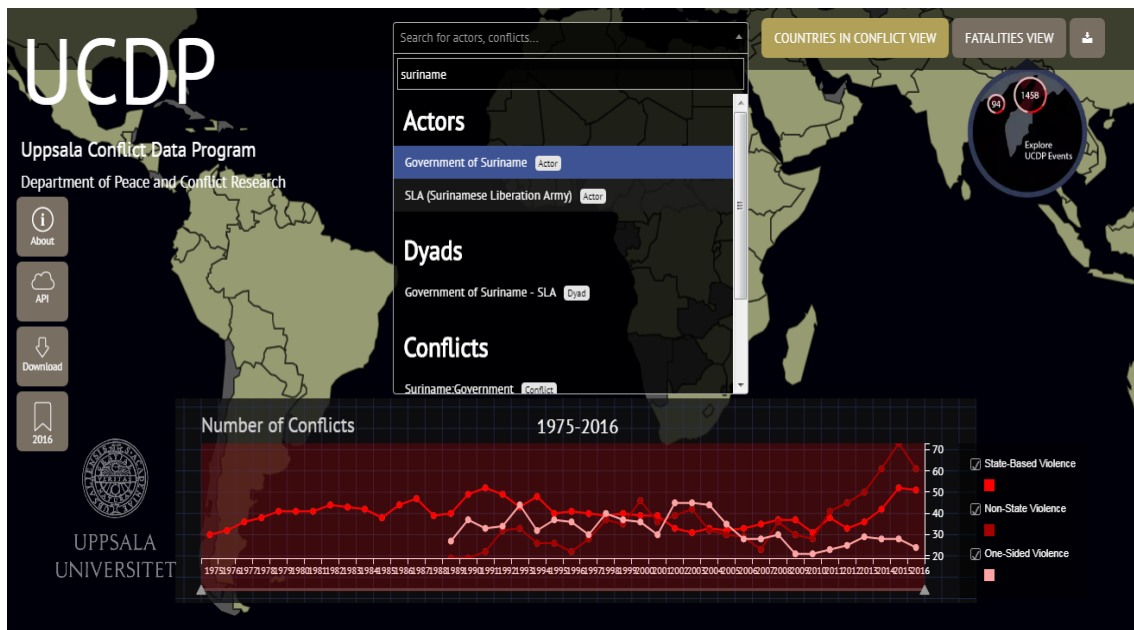
O UCDP (Uppsala Conflict Data Program) possui um formato de *site banco de dados* na qual os dados (conflitos) podem ser buscados pela digitação em busca do site ou pela busca individual no mapa interativo. E sua análise geral dos dados ocorre a partir de dois grupos de dados: o *número de fatalidades* e o *número de conflitos*.

¹ A state-based armed conflict is a contested incompatibility that concerns government and/or territory where the use of armed force between two parties, of which at least one is the government of a state, results in at least 25 battle-related deaths in one calendar year (UPPSALA Conflict Data, 2018)

²The use of armed force between two organised armed groups, neither of which is the government of a state, which results in at least 25 battle-related deaths in a year. (UPPSALA Conflict Data, 2018)

³ The use of armed force by the government of a state or by a formally organised group against civilians which results in at least 25 deaths in a year. (UPPSALA Conflict Data, 2018)

Fig. 1: Home Page do UCDP



Fonte: <http://ucdp.uu.se/#/encyclopedia>

O Conflict Barometer, expõe seus dados a partir de grandes relatórios publicados anualmente desde 1991. Seccionado por continentes e regiões, a exposição individual dos dados é feita a partir dos dados gerais do conflito (início, nível de violência e partes envolvidas) e descrição dos principais eventos do conflito. O barômetro também expõe o panorama global dos conflitos fazendo uma síntese geral dos dados.

Mapa 1: Conflitos nas Américas 2017



Fonte Conflict Baromter

Outra pesquisa de mapeamento usada como base e fonte de dados é o *InSight Crime*. Definida em sua página como uma fundação híbrida composta por representantes do jornalismo, acadêmicos e *think tanks*, o InSight Crime tem como tema central o *crime organizado na América Latina e no Caribe*.

Devido à sua composição, sua pesquisa se diferencia das demais por acrescentar à pesquisa acadêmica o viés jornalístico e investigativo. Fundada inicialmente por jornalistas, o InSight Crime também tem em sua rede de pesquisa a *Fundación Ideas para la Paz (FIP)* e o *American University's Center for Latin American and Latin Studies (CLALS)*.

Os dados estão dispostos em formatos de notícias sobre crime organizado por países. Diferente dos mapeamentos anteriores, o InSight Crime opera em um formato de monitoramento jornalístico, provendo análises e investigações sobre seu tema central.

Mapa. 2: Mapa interativo do InSightCrime



Fonte: <https://www.insightcrime.org/countries/>

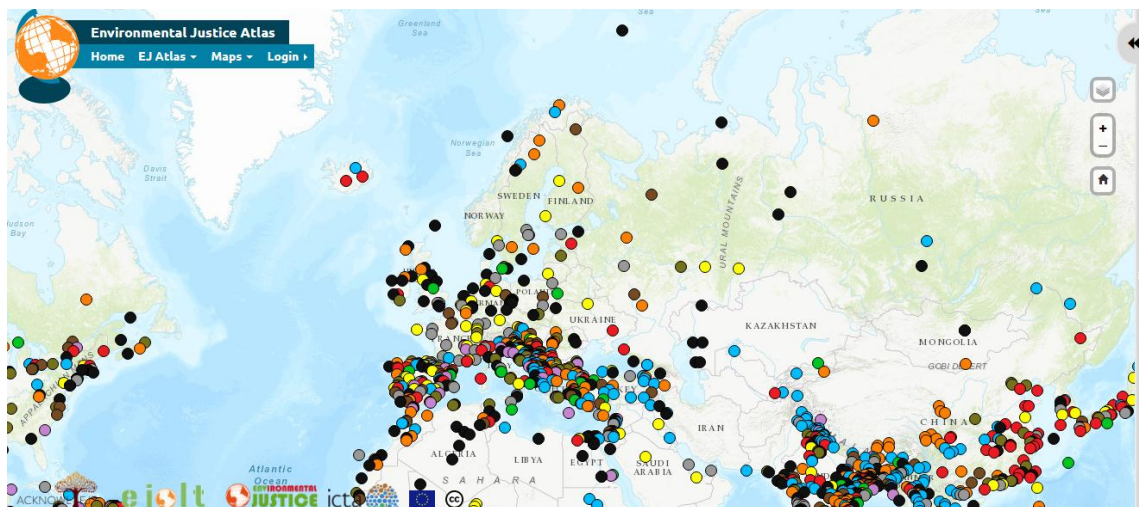
Os *conflitos ambientais* analisados pelo conceito de *justiça ambiental*⁴ é tema central do *Environmental Justice Atlas da Universidade Autônoma de Barcelona*. A partir de um formato similar ao UPDC expõe os dados sobre conflitos ambientais em um formato de mapa interativo.

⁴ Environmental justice was born as a slogan for the first time in the United States during the 1980s among Black and Latino communities. They mobilized against injustices perpetrated in their communities by polluting industries and waste disposal facilities. It later became an analytical frame, largely in relation to concerns about the unequal distribution of social and environmental costs between different human groups, classes, ethnicities but also in relation to gender and age. (EjAtlas,2018)

A partir de uma ampla rede de indivíduos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), pesquisadores e grupos ativistas, o *Environmental Justice Atlas (EjAtlas)* categoriza os conflitos em dez categorias:

1. Nuclear
2. Minérios Minerais e Extrações de Edifícios
3. Gestão de resíduos
4. Biomassa e Conflitos da Terra
5. Combustíveis Fósseis e Justiça Climática / Energia
6. Gerência de água
7. Infraestrutura e Ambiente Construído
8. Recreação Turística
9. Conflitos de Conservação da Biodiversidade
10. Conflitos Industriais e Utilitários

Fig. 2: Homepage do Environmental Justice Atlas (EjAtlas)



Fonte: <https://ejatlas.org>

O Fragile States Index (FSI) por sua vez, tem o *risco político* como conceito central. Diferente das demais pesquisas sobre conflitos que visam a exposição quantitativa e qualitativa dos conflitos, o Fragile State Index dispõe de índice de fragilidade do Estado. O que, por conseguinte, indica a vulnerabilidade de determinado Estado à conflitos internos.

A metodologia do FSI é dividida em três fases distintas: a análise de conteúdo, análise quantitativa dos dados e a revisão qualitativa. As buscas de conteúdo de análise são feitas a partir de agregadores de conteúdo que buscam desde reportagens à artigos científicos e outras fontes de conteúdo em língua inglesa. Existindo conteúdo são feitas estatísticas partir de vinte indicadores do CAST⁵. E por fim, é feita a revisão qualitativa por pesquisadores em cada um dos 178 países abrangidos pelo FSI.

Fig 3: Home Page do Fragile States Index



Fonte: <http://fundforpeace.org/fsi/>

Os mapeamentos de conflitos mencionados têm como fontes itens jornalísticos através de serviços de monitoramento de notícias ou agregadores

⁵ CAST (Conflict Assessment System Tool) é uma metodologia desenvolvida pela FFP para avaliar a vulnerabilidade dos estados ao colapso. Mede essa vulnerabilidade em situações de conflito pré-conflito, conflito ativo e pós-conflito (Fund for Peace, 2018)

comerciais de conteúdo. É notório também o uso de redes de pesquisas e think tanks, seja para revisão dos dados coletados ou como fonte de dados de pesquisa.

A construção da ferramenta de mapeamento de conflitos na Região das Guianas terá como referência as ferramentas já existentes, se utilizando de suas metodologias (fontes, indicadores e conceitos), os seus formatos de exposição (sítios eletrônicos para o armazenamento e exposição dos dados coletados).

2.2 Proposta de produto técnico: Plataforma de Mapeamento e Análise de Conflitos na Região das Guianas

Como produto final do curso do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras (PPGEF- UNIFAP), a pesquisa consistirá na apresentação dos dados coletados através da elaboração da dissertação e construção de uma plataforma na qual seja possível analisar e mapear os conflitos na Região das Guianas no recorte temporal de 2008-2018⁶.

A plataforma está hospedada no servidor webhost000⁷ com login com e-mail pessoal⁸. E como ferramenta de gerenciamento do site, é utilizado o Wordpress 4.9.4-pt_PT. O site está hospedado no domínio *freenom*. O produto (ainda em fase de construção) está disponível em <https://guianasconflitos.cf>

Como mencionado anteriormente, a plataforma terá como referencial os mapeamentos e análises de pesquisas já existentes. Serão usados como referência de exposição dos dados os mapeamentos do *Uppsala Conflict Data* e o *Environmental Justice Atlas*, fazendo uso de mapas interativos e análises dos conflitos.

Em termos metodológicos e conceituais a principal referência é o *Conflict Barometer*, fazendo uso dos indicadores e conceitos expressos em sua metodologia.

⁶ A pesquisa também faz parte do *Grupo de Estudos Avançados em Conflito e Segurança Internacional nas Guianas e Caribe* (GEACSGC), desta forma, o conteúdo da plataforma poderá ser alimentado com a pesquisa de outros membros do grupo que conta com dois Acadêmicos de Relações Internacionais (UNIFAP), dois Mestrandos em Estudos de Fronteiras (PPGEF – UNIFAP) e um professor Doutor do colegiado de Relações Internacionais.

⁷ Disponível em: <https://br.000webhost.com/>

⁸ O servidor mantém a plataforma online, no entanto, devido a conta ser gratuita, há a limitação da “hibernação” do site às 22:00 - 23:00 todos os dias. O serviço é reestabelecido às 23:01, permanecendo neste estado apenas uma hora por dia.

E como consulta de dados também serão utilizados como fontes (além dos mapeamentos já citados) *Insight Crime* e o *Fragile States Index*.

Os dados estão organizados em: Dados por Anos, Dados por Países, Dados por Classificação de Conflitos (consiste na apresentação dos Dados a partir das variáveis de análise dispostas no tópico seguinte):

Fig. 4: Organização dos Dados na Plataforma
[Dados de Conflitos da Região das Guianas](#) ▾

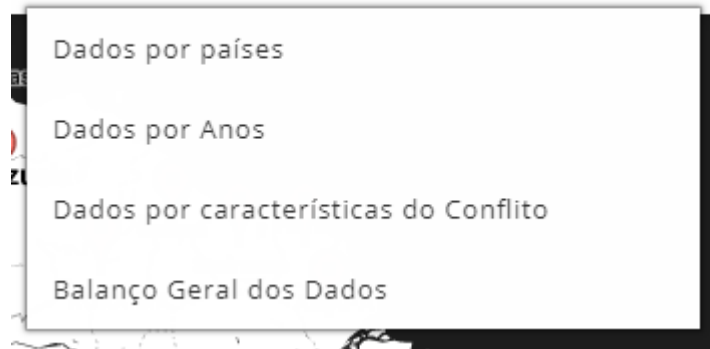


Fig. 5: Menu de Dados por Anos

Conflitos na Região das Guianas

Plataforma de análise e mapeamento de conflitos na Região das Guianas

Home Histórico da Região das Guianas ▾ **Dados de Conflitos da Região das Guianas** ▾ Bibliografia de apoio Metodologia

Dados por Anos

[Início](#) / [Dados por Anos](#)

Dados por Anos

Conflitos na Região das Guianas 2008-2018

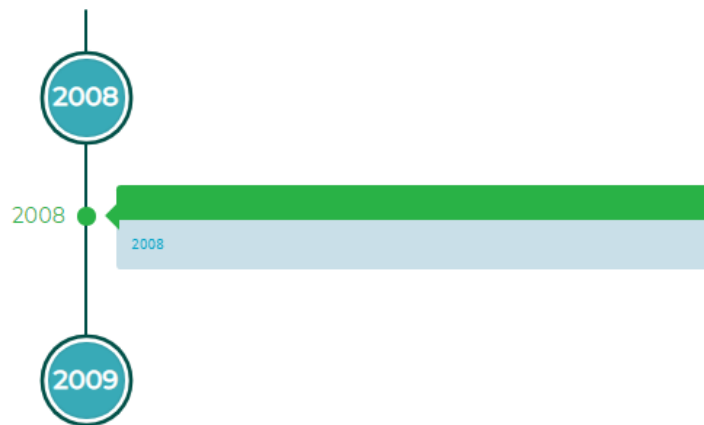
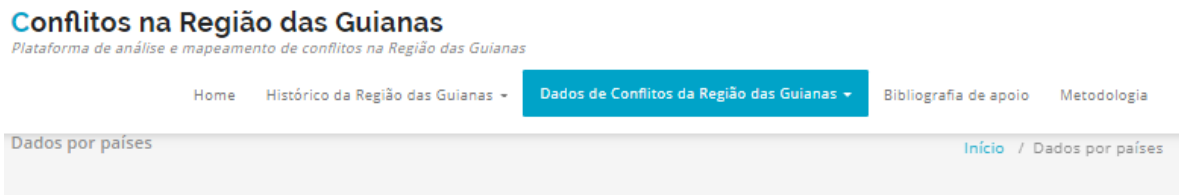


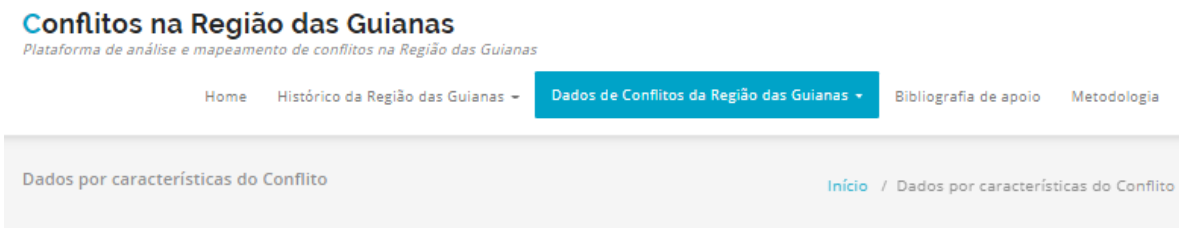
Fig. 6: Menu de Dados por Países



Dados por países



Fig. 7: Menu de Dados por características do Conflitos



Neste menu os dados foram organizados de acordo com as características específicas do conflito e indicadores mencionados na [Metodologia](#)

Nível do Conflito	Tipo de Conflito	Indicador de refugiados/deslocados do conflito	Indicador de mortalidade do conflito
-------------------	------------------	--	--------------------------------------

Os dados da pesquisa serão dispostos em formatos de artigos com informações gerais de identificação do conflito como o status, ano, local, etc. Além de informações específicas do conflito a partir das variáveis de análise dos dados e um breve histórico do conflito e sua fonte:

Fig. 8: Modelo de Exposição de Dados

Conflitos na Região das Guianas
 Plataforma de análise e mapeamento de conflitos na Região das Guianas

Home Histórico da Região das Guianas ▾ Dados de Conflitos da Região das Guianas ▾ Bibliografia de apoio Metodologia

VENEZUELA – COLOMBIA (MONJES ISLANDS) [Início](#) / [Sem categoria](#) / VENEZUELA – COLOMBIA (MONJES ISLANDS)

admin Sem categoria

VENEZUELA – COLOMBIA (MONJES ISLANDS)

VENEZUELA – COLOMBIA (MONJES ISLANDS)	
Descrição geral	
Ano	2015
Local (País/Estado/Província/Distrito)	Venezuela
Status do Conflito	Em andamento
Descrição específica	
Nível do Conflito	Manifesto
Tipo de Conflito	Disputa
Indicador de mortalidade relacionada ao conflito	Baixo
Indicador de refugiados/deslocados relacionado ao conflito	Baixo
Histórico do conflito	
<p>The dispute between Venezuela and Colombia over the territory of the Monjes archipelago and adjacent maritime possessions and resources in the Gulf of Coquibacoa continued. While Venezuela referred to the islets as its federal dependencies, Colombia repeatedly expressed its claim to the territory. This year, tensions resurfaced after a territorial dispute between Venezuela and Guyana had erupted and led to a region-wide controversy about maritime possessions [Venezuela – Guyana]. On May 26, a decree issued by Venezuelan President Nicolás Maduro defined extensive sea areas as one of several "Operating Zones of Integral Maritime and Insular Defense" (Zodimain) for Venezuela, implicitly including the Gulf of Coquibacoa. Colombian Foreign Minister María Ángela Holguín delivered a protest note to the Venezuelan government shortly thereafter. On June 23, Maduro proposed the establishment of a bilateral commission in order to find a solution. On July 6, Maduro underlined that the two countries "will never have a war-like conflict" and offered a revised decree omitting the area under dispute.</p>	
<p>Fonte: Conflict Barometer (2015) – Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIK)</p>	

Os dados poderão ser acessados através dos menus apresentados anteriormente. O exemplo apresentado poderá ser acessado através do caminho: Dados de Conflitos na Região das Guianas > Dados por Anos > 2015 > Venezuela – Colômbia ou através do: Dados de Conflitos na Região das Guianas > Dados por Países > click nos ícones do mapa.

E Por fim, como estrutura geral, a plataforma será estruturada nos seguintes menus: Home, Metodologia, Sobre a Região, e Banco de Dados.

Fig. 9: página inicial

Conflitos na Região das Guianas
 Plataforma de análise e mapeamento de conflitos na Região das Guianas

Home Histórico da Região das Guianas Dados de Conflitos da Região das Guianas Bibliografia de apoio Metodologia

Home Início

Análise e mapeamento de conflitos: Região das Guianas

Os conflitos nas Relações Internacionais são abordados por duas principais abordagens: Segurança e Paz. O conflito pelo viés da segurança tem a ameaça como principal eixo conceitual, por outro lado, a perspectiva da paz possui a violência como principal conceito. Desta forma, a pesquisa se embasou no viés teórico dos Estudos de Paz a partir dos conceitos de conflito, paz e violência. Com buscas em fontes secundárias, isto é, na bibliografia e nas pesquisas de banco de dados de conflitos, a pesquisa teve como objeto os conflitos na Região das Guianas nos anos 2008-2018. Objetivando analisar e mapear os conflitos existentes a pesquisa chegou aos seguintes resultados: 31 conflitos verificados, na qual, 22 foram registrados na Venezuela, 3 em Roraima e 0 no Amapá, 2 na Guiana Francesa, 2 no Suriname e 2 na Guiana. A partir das análises coletadas foi considerado que os conflitos derivam de estruturas sociais desiguais, o que condiciona ao surgimento da violência estrutural, o que por fim gera no ambiente social a paz negativa.



Mapa da América do Sul com marcadores vermelhos indicando conflitos na Venezuela, Guiana, Suriname e Amapá.

2.3 Metodologia

Tipos de Pesquisa

A pesquisa apresentada pode ser descrita inicialmente como *descritiva*, isso porque para o objetivo primário da Pesquisa (que é a construção do Banco de Dados) é necessário o *levantamento*, *mapeamento* e *análise* dos Dados na região. E também pode ser caracterizada como *exploratória*, à medida que a pesquisa também tem a intenção de realizar o aprimoramento e a exploração de dados já coletados em outros bancos de dados mundiais sobre conflitos que dispõe dados sobre a região.

Fontes utilizadas

Segundo a definição de Marconi e Lakatos (2003), é possível categorizar dois tipos fontes:

“a) Fontes Primárias - dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc. b) Fontes Secundárias - imprensa em geral e obras literárias”. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.159)

Embora tal categorização preencha de forma geral a tipificação dos tipos de fontes, Öberg e Höglund (2011, p.36) acrescentam os *artefatos dos conflitos* como fonte de pesquisa na área de estudo de paz e conflitos. Tais artefatos seriam fontes *não-escritas* sobre o conflito que ajudam a mensurar o impacto do conflito. Estes podem ser ruínas de guerras, números de mortos e campos minados.

No entanto, apesar da importância dos artefatos na compreensão, devido aos recursos disponíveis à pesquisa e ao curto tempo do curso, serão utilizados apenas *fontes secundárias* e o *número de mortos* como artefatos do conflito.

As fontes secundárias serão divididas em dois grupos: *fontes bibliográficas* e *mapeamentos de conflitos*. Nas fontes bibliográficas serão consultados dados em Artigos, Periódicos, Livros Teóricos, estudos de conjuntura sobre o Platô das Guianas. Sobre as fontes os mapeamentos, serão consultados os dados das plataformas de mapeamentos de conflitos mencionadas anteriormente.

Classificações dos Conflitos: Variáveis de Análise

Como mencionado em linhas anteriores, a análise dos dados será feita com base em algumas variáveis, são elas: *nível do conflito*, *tipo de conflito*, *Indicador de refugiados/deslocados* e *Indicador de mortalidade relacionada ao conflito*.

Com base na proposta de Galtung (1996) sobre o Triângulo do Conflito (proposta conceitual será desenvolvida no capítulo teórico), é possível verificar o *nível de conflito*. O nível de conflito está dividido em dois:

Nível Latente: é o nível de conflito que se mantêm em seu nível inconsciente e no campo teórico, levando a choques seja por ideias pré-concebidas ou por choque de objetivos.




Nível Manifesto: é o nível onde há atitudes concretas e claras, além de comportamentos concretos de agressão, isto é, é o nível do conflito onde há comportamentos conflitivos deliberados e conscientes.

O *Tipo de Conflito*, diz respeito à classificação do conflito com base no seu nível de violência. Esta variável baseia-se no seguinte quadro proposto no Conflict Barometer (HIK),2016:

Tabela 1: Tipo de Conflito

Nível	Terminologia
1	Disputa
2	Crise Não-Violenta
3	Crise Violenta
4	Guerra Limitada
5	Guerra

Fonte: Conflict Barometer (HIK),2016

-  Conflito Não-Violento de baixa intensidade
-  Conflito Violento de média intensidade
-  Conflitos Violentos de alta intensidade

A intensidade de violência do conflito será mensurada através do modelo proposto na tabela acima, sendo que de 1 a 2 são os conflitos não violentos, ou seja, conflitos de baixa intensidade. O nível 3 será considerado violento, mas de média intensidade, e os níveis 4 e 5 serão considerados violentos de alta intensidade.

Procurando ainda compor o quadro analítico do conflito, serão usados os *indicadores de mortalidade e o indicador de refugiados/deslocados* relacionado ao conflito:

Tabela 2: Indicador de mortalidade relacionada ao conflito

Baixo	Médio	Alto
0 -20	20-60	Acima de 60

Fonte: Conflict Barometer (HIK), 2016

Tabela 3: Indicador de refugiados/deslocados

Baixo	Médio	Alto
0 -1000	1000-20000	Acima de 20000

Fonte: Conflict Barometer (HIK), 2016

É válido ressaltar que ambos os indicadores são trabalhados no Conflict Barometer (HIK), tanto os seus indicadores quanto os valores apresentados por eles. Embora o indicador de mortes relacionadas ao conflito esteja balizado em valores considerados baixos em um conflito armado de larga escala, eles são mais próximos da realidade da região onde apresenta conflitos (em sua maioria) de baixa intensidade.

Capítulo II

3. Bases teóricas dos Estudos de Paz

3.1 Os Estudos de Segurança Internacional e Estudos de Paz

As compreensões dos fenômenos da vida dos Estados que implicam em ameaça, poder e segurança dos entes do sistema internacional se desenvolveu a partir do final do século XIX. Os Exemplos dos esforços de estudos sobre estes fenômenos podem ser vistos em *Some Principles of Maritime Strategy* (1911), de Alfred Thayer Mahan, a teoria do espaço vital atribuída à Ratzel em sua obra *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História* (1882), *A Grande Ilusão* (1910) de Norman Angel.

Tais esforços se desenvolviam em múltiplas disciplinas e eram enraizadas em correntes filosóficas anteriores como *O príncipe* (1513), de Maquiavel, *A arte da Guerra* (século IV a.C), de Sun Tzu, *A paz perpétua* (1795) de Kant, entre outros. No entanto, é somente após a Segunda Guerra Mundial que os estudos sobre a ameaça, poder e segurança no Sistema Internacional se desenvolvem.

O conceito de segurança encontra-se em diferentes disciplinas e em diferentes sentidos. Nas Relações Internacionais, o conceito de segurança pode ser compreendido, de maneira objetiva e subjetiva, a partir da conceituação de Arnold Wolfers (1952) apresentado por Buzan e Hansen em *The evolution of International security studies* (2010):

Wolfers (1952: 485) argued that ‘security, in an objective sense, measures the absence of threats to acquired values, in a subjective sense, the absence of fear that such values will be attacked’ (BUZAN e HANSEN, 2010, p.32)

A segurança explorada a partir dos termos acima influenciaram os primeiros debates dos Estudos de Segurança Internacional (ESI). Tais debates se mostraram influenciáveis pelos eventos da Guerra Fria e pelas políticas adotadas por ambos os lados no conflito.

No campo teórico e conceitual os termos objetivos e subjetivos foram representados de diferentes maneiras em argumentos nos debates clássicos dos

Estudos de Segurança Internacional. No entanto, em *Security: A New Framework for Analysis* (1998), os autores da Escola de Copenhague⁹ apresentam o conceito de *securitização*¹⁰ que enfatiza o caráter discursivo dos Estudos de Segurança, permitindo mapear de maneira panorâmica a epistemologia dos ESI:

Tabela 4: Concepções epistêmicas sobre Segurança Internacional

Concepção Objetiva	Concepção Subjetiva	Concepção Discursiva
A ausência / presença de ameaças concretas.	Sentimento de estar ameaçado ou não.	Construção discursiva da ameaça (speech act).
Geralmente define segurança em termos materiais relativos.	Ênfatiza contexto social, história e psicologias do medo e percepções.	Concentra-se no processo intersubjetivo através do qual a “ameaça” manifesta-se como problemas de segurança na agenda política.

Fonte.: BUZAN e HANSEN, 2010, adaptado

Como é possível observar, o conceito de *ameaça* é central nos Estudos de Segurança Internacional, onde conceito se revela em termos materiais e imateriais. Por outro lado, os Estudos de Paz (EP) ou Estudos para a Paz (EPP) organiza-se na órbita do conceito de *violência*.

Segundo WALLESTEEN (2001,p.3), os Estudos de Paz, tem como principal objetivo o estudo da causa da violência e de maneiras de como reduzi-la ou eliminá-la.

O eixo central dos EP é guiado a ser um contraponto à “sabedoria da violência” WALLESTEEN (2011, p.14). A referida “sabedoria” por Wallesteen refere-se as bases filosóficas do realismo como Maquiavel e Trucides, por exemplo, que coconsideram o uso do poder e da violência para garantir a própria sobrevivência dentro do estado de natureza anárquico de Hobbes. No entanto, em vez da paz e

⁹ Corrente teórica dos Estudos de Segurança que estuda em parte sobre o alargamento das ameaças e do referente objetos, especialmente a segurança social / identidade, em parte sobre o pagamento mais atenção ao nível regional, mas principalmente com foco na securitização (os processos sociais pelos quais grupos de pessoas constroem algo como uma ameaça), oferecendo assim um contraponto construtivista a análise materialista de ameaças dos tradicionais Estudos Estratégicos. Particularmente forte na Escandinávia e na Grã-Bretanha, e influente na maioria dos Europa (BUZAN e HANSEN, 2010, p.36)

¹⁰ A securitização acontece quando a questão é apresentada como uma ameaça existencial, requerendo medidas emergenciais e justificando ações foram dos limites habituais do procedimento político (Buzan, B., Weaver, O., Wilde O., 1998, p. 24)

segurança virem de um poder soberano, no sistema internacional anárquico, a estabilidade e segurança advém do equilíbrio do poder.

A perspectiva da estabilidade pelo uso do poder dissuasório das armas pode ser claramente evidenciado no contexto da doutrina MAD¹¹ (Mutual Assured Destruction), na qual, diante do medo de um ataque nuclear repentino, na Guerra Fria, a potência atacada poderia responder ao primeiro ataque. Dessa forma, o primeiro ataque nuclear não serviria para eliminar a potência concorrente mas desencadearia um apocalipse nuclear.

Esta “loucura” incentivou a produção massiva de artefatos nucleares entre os blocos capitalistas e socialistas deixando mais caro o risco do primeiro ataque – vide que este teria resposta. E este impasse por sua vez, evitou o confronto nuclear entre EUA e URSS e estabilizou o sistema internacional.

Tal contraponto é corroborado pela definição de EP feita por BUZAN e HANSEN em *The evolution of International security studies: the Classical normative counterpoint to Strategic Studies, looking to reduce or eliminate the use of force in international relations(...)* (BUZAN e HANSEN, 2010, p.36).

No entanto, embora a redução ou eliminação da força nas relações internacionais seja uma das discussões características dos Estudos de Paz, a centralidade do conceito de violência torna a discussão dos EP muito mais fragmentada e multidimensional (FERRERA,2017). Em outras palavras, o estudo da paz pelo viés da violência se revela em múltiplos níveis, desde o nível estrutural até individual (GALTUNG, 1969).

Todavia, embora sejam necessárias ponderações quanto ao conteúdo dos EP na afirmação de Buzan e Hansen, é necessário observar que de fato os Estudos de Paz nascem como um contraponto crítico ao realismo. Mais especificamente à *Era de Ouro* dos Estudos de Segurança ou a *Primeira Onda* dos Estudos de Segurança¹² no pós-Segunda Guerra. A contraposição da doutrina MAD e a “paz por meios pacíficos”¹³ são exemplos disso.

E esta discussão revela mais do que uma luta por território cognitivo da Investigação para a Paz (WIBERG, 2005). A fragmentação das escalas de análise

¹¹ A sigla MAD, significa loucura em ingles

¹² Período onde os estudos de segurança basicamente se ocuparam em responder a seguinte questão: como os estados poderiam usar armas de destruição em massa como instrumentos de política, tendo em conta o risco de qualquer troca nuclear? (WALT, S. 1991). Esse período corresponde os meados do pós-Segunda Guerra e Início da Guerra Fria.

¹³ Galtung (1996)

dos EP e a institucionalização da Investigação para a Paz como ciência, levaram os EPP de uma discussão crítica à normalidade realista para uma discussão institucionalizada e normativa. E não obstante, aderindo a preferência pela escala estatal e a normalidade científica do realismo (FERREIRA, 2017).

Além do eixo gravitacional conceitual se moverem em perspectivas diferentes, a abordagem da análise do conflito também apresenta distições entre a perspectiva da *segurança* e da *paz*.

Segundo Johan Galtung em *Peace by peaceful conflict transformation – the TRANSCEND approach* (2007) , a abordagem da segurança trabalha o conflito a partir da construção de um inimigo. Desta forma, o conflito termina quando as partes más / fortes / ativas são enfraquecidas por dissuasão, derrotadas, e/ou convertidas para se tornar bom / passivo (Galtung, 2007, p. 23).

Por outro lado, a abordagem da paz não tem como foco a derrota de um inimigo, mas sim a transformação do ambiente de conflito para um ambiente aceitável pra ambas as partes. Sendo assim, A abordagem da paz pressupõe a resolução do conflito com um resultado aceitável para todas as partes e sustentável, implicando igualdade, paridade, também no processo (Galtung, 2007, p. 24).

Para Galtung, as abordagens são estruturadas em quatro componentes :

Tabela 5: Componentes das abordagens de Segurança e Paz

Abordagem da Segurança	Abordagem da Paz
Um lado ou partido maligno, com forte capacidade e intenção maligna	Um conflito que não foi resolvido / transformado
Um perigo claro e presente de violência, real ou potencial	Um perigo de violência para "resolver o conflito de uma vez por todas"
Força, para deter ou derrotar o partido do mal	Transformação de conflitos, empática-criativa-não-violenta
Segurança, que é a melhor abordagem para a "paz".	Paz, que é a melhor abordagem para a "segurança".

Fonte: Galtung, 2007, adaptado

As distinções entre as abordagens podem ser exemplificadas em leituras religiosas das abraâmicas¹⁴ (exemplo mencionado pelo autor). As leituras fundamentalistas que partem da abordagem da segurança, tendem a se desenvolver a partir da construção da imagem pouco flexível da realidade, tendo a imagem do demônio como principal referencia dicotômica. Tal imagem produz um lado com reivindicações legítimas e outro não, o que automaticamente gera os princípios de uma guerra santa.

Por outro lado, leituras menos fundamentalistas e muito mais ecumênicas produzem sínteses de realidade mais flexíveis, o que leva à uma aceitação de reivindicações legítimas em todas as partes. Esta leitura se desenvolve a partir da abordagem da paz.

Por fim, as diferentes abordagens incidem sobre a interpretação do fim do conflito. Isso porque pela da segurança, o conflito termina com a vitória sobre a ameaça. O que não necessariamente implica dizer que a paz esteja alcançada – ou pelo menos em seu sentido positivo. Tornando possível alcançar a segurança no final do conflito mas não a paz.

Um exemplo clássico são os anos após a Primeira Grande Guerra, na qual os duros termos da paz de Versalhes foram combustível para o surgimento do movimento nazista. Tal questão pode ser sintetizada na frase do comandante francês Ferdinand Foch sobre o Tratado de Versalhes: “Isto não é paz, é um armistício por 20 anos.”¹⁵

Por outro lado, a abordagem da paz enfatiza resultados sustentáveis e a transformação do ambiente conflituoso para o ambiente ambiente pacífico, procurando acabar com as fontes de conflitos. Embora também lhe implique riscos, vide que nem sempre as partes são guiadas por reivindicações legítimas.

Dada as diferenciações e contextualizações entre o Estudos de Paz e os Estudos de Segurança Internacional e as características regionais dos conflitos sul-americanos¹⁶, esta pesquisa desenvolverá a partir dos conceitos propostos pelos EP. Sendo assim, torna necessária a compreensão de seu desenvolvimento na seção seguinte.

¹⁴ Refere-se às religiões monoteístas que reconhecem a influência de Abrão em suas tradições. As principais são o Judaísmo, Cristianismo e o Islamismo.

¹⁵ The Making of Peace: Rulers, States, and the Aftermath of War - página 209, Williamson Murray, Cambridge University Press, 2009

¹⁶ Os conflitos sul-americanos possuem o paradoxo de serem altamente violentos em uma região pacífica do ponto de vista clássico de guerras nas Relações Internacionais.

3.2 Construção histórica dos EP

Como mencionado em linhas anteriores, os Estudos de Paz nascem de uma contribuição crítica à ideia de uso eficaz ou “justo” da violência. Desta maneira, os EP teve seu desenvolvimento influenciado pelos grandes eventos de uso da violência da humanidade ou como mencionado por Wallesteen: traumas globais (WALLESTEEN, p.17, 2011)

O surgimento formal dos EP é datado dos meados de 1950 e 1960, no entanto o impacto da Primeira Guerra Mundial gerou os primeiros embriões das discussões dos Estudos de Paz. Até 1914, a lógica política nas Relações Internacionais era amplamente amparada na abordagem de Maquiavel. E isto significa dizer que a crítica ao uso inevitável da violência não alcançava os decisions-makers e se restringia aos filósofos e pacifistas (WALLESTEEN,2011).

Nas duas décadas após a Primeira Guerra, surgiram as primeiras sistematizações dos EP, procurando compreender as causa das guerras. E com isso formalizando sua contraposição ao uso inevitável da violência.

Outro ponto importante referente à este período (e que deu suporte às discussões que se iniciavam) foi o aumento da relevância da perspectiva pacifista no meio político. O que resultou na maior notoriedade da Paz Perpétua de Kant e a construção da Liga das Nações. Estas mudanças, de maneira geral, conduziram o debate nos meios acadêmicos e o políticos sobre uma alternativa à “sabedoria da violência”. Vide que o uso inevitável da violência não “resolveu” os problemas (WALLESTEEN, p. 20, 2011)

O desenvolvimento deste campo de estudo voltado à compreensão das causas da guerra (WALLESTEEN, p.6 2001), logo se deparou com um novo trauma que traria novos desafios ao estudo: Segunda Guerra Mundial. Mais especificamente as detonações de artefatos nucleares em Hiroshima e Nagasaki.

Os efeitos pós-bomba atômica trouxeram mais uma questão à investigação da paz: o desafio do desarmamento em meio ao medo da era nuclear. A partir de então a investigação do conflito/paz passa a ser direcionada em dois sentidos: causas da guerra e a não-proliferação nuclear(desarmamentismo).

No desenrolar do período do pós-guerra e início da Guerra Fria, o desafio da investigação dobrava à medida que a perspectiva realista na política internacional e

os nascentes Estudos de Segurança Internacional¹⁷ passavam a usar o impasse nuclear¹⁸ como objeto capaz de garantir a paz e a estabilidade do sistema internacional. Composto dessa maneira, o cenário de contraposição dos EP aos Estudos Estratégicos de Segurança mencionado em *The evolution of International security studies*¹⁹.

O desenvolvimento da *deterrence*²⁰ na Guerra Fria nas décadas do pós-guerra (1950 e início dos anos 1960), pressionou o crescimento e a formalização dos Estudos de Paz. A fundação de centros de pesquisas de Estudos de Paz como o PRIO (Peace Research Institute of Oslo) em 1959 ,o SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) em 1966 e o Journal Peace Research em 1964, são exemplos dessa formalização e crescimento.

Outro exemplo, é neste contexto em que surge a contribuição de Galtung (fundador do PRIO e do Journal Peace Research) com uma das principais bases teóricas dos EP. Em seu artigo *Violence, Peace, and Peace Research* de 1969, ele traz os conceitos de Violência e Paz.

Em uma leitura geral da Guerra Fria e os Estudos de Paz, o período marca o desenvolvimento de um terceiro campo dos EP: o funcionamento do conflito (WALLESTEEN, 2011). Procurando compreender as engrenagens dos conflitos, surgem teorias com a intenção de compreender aspectos do conflito e como evitá-los²¹.

Estas teorias procuravam elucidar processos e dinâmicas capazes de gerar potenciais conflitos. Por exemplo, a *teoria dos jogos*²² argumenta que o impasse não deveria terminar em resultado de soma zero, mas há resultados mistos com ganhos relativos (WALLESTEEN, 2011, p. 22).

O processo de integração regional europeu também passou a ser objeto de estudo. A construção de uma comunidade de segurança²³ e das medidas de construção de confiança no ambiente europeu passaram a compor as

¹⁷ WALT, S. 1991

¹⁸ Cristalizada na doutrina MAD mencionada na seção anterior

¹⁹ BUZAN e HANSEN, 2010, p.36

²⁰ Período da Guerra Fria na qual as relações entre EUA e URSS foram regidas pelo *equilíbrio do terror* ou pela MAD

²¹ Neste aspecto os EP passam a se aproximar do Realismo, vide que embora os investigadores da paz não se denominem realistas, eles passam a se debruçar seus esforços e métodos em como evitar a guerra como pressupõe os realistas. (FERREIRA,2017)

²² Dentro dessa mesma dinâmica as teorias do dilema do prisioneiro, stang hunt ou dilema de segurança

²³ DEUSTCH, et. al, 1957

argumentações e as pesquisas de paz que procuravam propor alternativas ao conflito

O contexto da Guerra Fria oferece outro grande desafio à investigação para a paz: a guerra do Vietnã. O conflito se constituiu como um marco, pois suas características traziam grandes desafios de compreensão não somente para os EP mas também para os realistas que dominavam grande parte do debate.

O conflito apresentava características típicas da Guerra Fria, ou seja, a ajuda dos blocos capitalista e socialista (assim como visto na guerra da Coreia ou na guerra do Afeganistão). No entanto, duas características tiraram o conflito da normalidade da Guerra Fria: a resistência e letalidade dos meios não-convencionais de guerra frente aos meios convencionais e a força da opinião pública para o fim do conflito.

No conflito foram empregadas táticas de guerrilhas por parte dos vietcongues. Evitando o combate direto e fazendo uso do conhecimento geográfico do terreno, os vietnamitas do norte conseguiram resistir e causar grandes baixas aos estadunidenses²⁴ que estiveram envolvidos diretamente a partir 1964²⁵.

Outro ponto importante, é o papel da cobertura da mídia no conflito. Os protestos da sociedade civil pelo fim da guerra foram alimentados a partir das cenas e coberturas de sucessivos fracassos das forças americanas, vide que o conflito serviu para demonstração do poder tecnológico e militar dos EUA, em conflitos com os guerrilheiros do norte. Os constantes protestos e pressões da sociedade civil, além de baixas americanas no conflito fizeram com que os EUA, sem apoio da população pra continuar, saísse da guerra em 1975.

É notório após a Guerra Fria o predomínio de conflitos pequenos ou médios, inter-estatal, com a presença de atores não-convencionais e com efeitos grandiosos apesar da escala do conflito.

Este fenômeno implicou em desafios na Investigação para a Paz e para herança “maquiavelica” das Relações Internacionais.

Os anos do pós-Guerra Fria são descritos por Wallestein (2011, p.27) como anos semelhantes aos anos pós-Primeira Guerra Mundial: anos de reestruturação das relações internacionais.

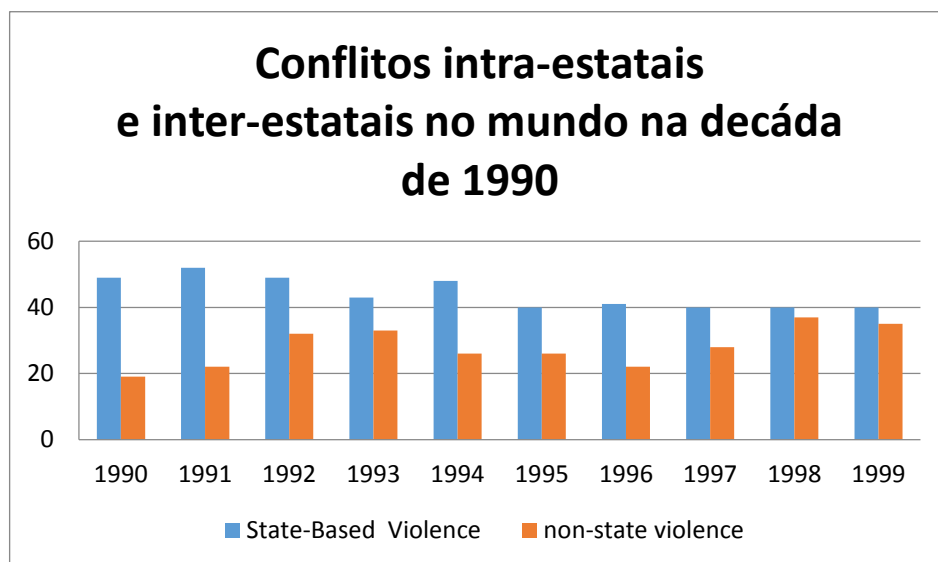
²⁴ Estima-se que foram 58 mil baixas nore-americanas

²⁵ O conflito durou de 1959-1975

Seja pelas vias sistêmicas de campos das relações internacionais (como a economia e política internacional) ou por acordos tácitos ou formais as potências hegemônicas procuraram garantir o desenvolvimento do comércio internacional (inserindo as ex-repúblicas soviéticas ao sistema capitalista e liberalizando os mercados nacionais). Além da busca pela estabilidade da paz por acordos de zona de influência e pacificação de conflitos entre as grandes potências.

Ao mesmo passo, segundo Wallestein, há a presença de genocídios e conflitos que não eram apenas mais a beligerância estatal ou confrontos entre potências, mas tinham como raiz a experiência mal-sucedidas da implantação de estados que surgiram durante ou após a Guerra Fria. O que acabou por aumentar o número de conflitos intra-estatais :

Fig.10: Conflitos intra-estatais e inter-estatais nos anos1990



Fonte: Uppsala Conflict Data Program, adaptado

Como é possível observar no mapeamento de conflitos da universidade de Uppsala, os conflitos intra-estatais (non-state violence) na década pós-Guerra Fria aumentaram durante o período . Embora não supere o conflitos inter-estatais (state-based violence), é possível observar uma leve diminuição dos conflitos inter-estatais do início da década e o aumento de conflitos intra-estatais ao final dos anos 90.

É neste cenário de transição dos anos 90 aos anos 2000 onde os Estudos de Paz encontram um novo foco de pesquisa: o peace-building. De maneira concreta, o peace-building dentro dos EP passou a ser discutido muito mais no seu significado e

justificação, tendo um foco particular na diplomacia preventiva e prevenção de conflitos (Wallesteen, 2011, p28).

No peace-building os processos de mediações e interlocuções com grupos beligerantes no conflito são grande parte da ênfase das discussões. Pois boa parte do debate está direcionado à procura da identificação as dinâmicas dos significados e justificativas das partes envolvidas no conflito. Tal direção aproxima os EP da esfera social e histórica do conflito.

Após o 11 de setembro de 2001, o cenário de questionamento do legado de Maquiavel nas relações internacionais e desenvolvimento e estudos dos processos de construção da paz foi rapidamente levado a um dilema.

Isso porque a resposta dada pelos EUA ao ataque sofrido adveio da força militar, demonstrando que a via da violência ainda se apresentava como uma opção de ação no sistema internacional. O que remonta aos cenários realistas anteriores aos anos 90. No entanto, é possível verificar a resistência de um cenário de políticas de mediação e negociação nos conflitos internacionais.

A construção histórica dos EP e sua relação com os grandes eventos históricos relacionados aos conflitos influenciaram os focos principais deste campo de estudo. De maneira sintética podemos resumir em quatro grandes ramos da Investigação para a Paz, a partir da explanação de Petter Wallestein no seu capítulo no livro *Understanding the Peace Research*:

Tabela 6: Linhas de pesquisa dos Estudos de Paz

Principais pontos de pesquisa dos Estudos de Paz	
Causas das Guerras	Ainda de maneira embrionária devido ao impacto da Primeira Grande Guerra , os EP procuraram compreender a razão pela qual os Estados entram em Guerra.
Desarmamentismo	Após o impacto da Segunda Guerra e mais especificamente os eventos de Hiroshima e Nagasaki os EP passaram a se direcionar ao desarmamentismo e aos impactos dos novos armamentos

Funcionamento dos Conflitos	A partir dos conflitos da Guerra Fria e o impasse nuclear, os EP buscaram compreender a dinamica de funcionamento dos conflitos
Peace-bulding	No contexto da pós-Guerra Fria, a emergência de conflitos localizados originados de questões históricas e sociais e da falência do Estado, demandou uma particular atenção ao processo de construção da paz.

Fonte: Wallesteein, 2011, adaptado

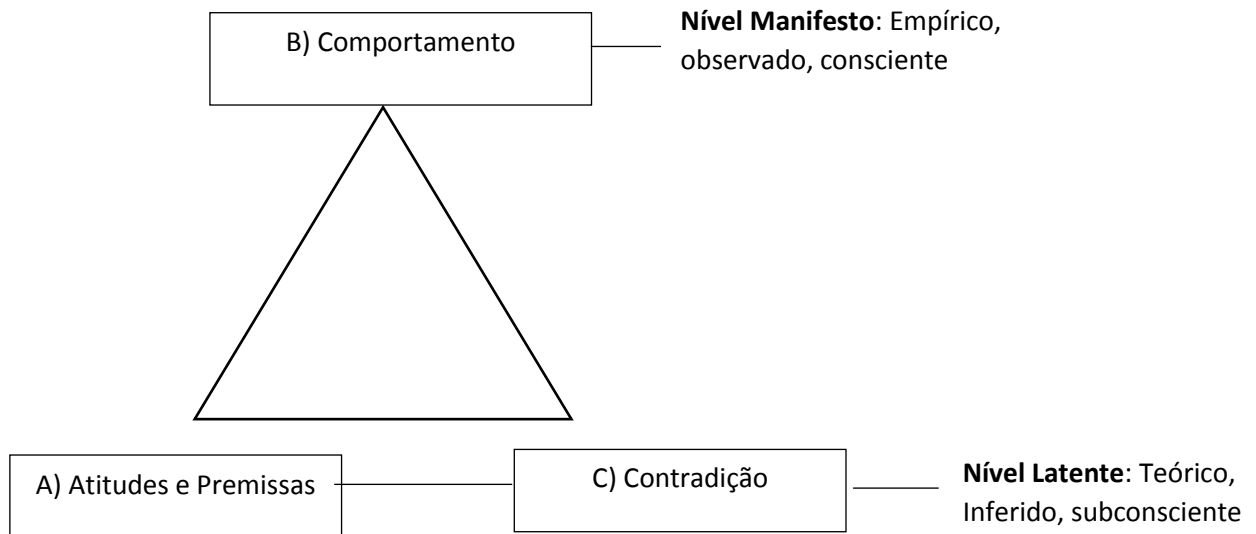
É válido ressaltar que os pontos principais dos Estudos para a Paz, seus subpontos e ramificações são operacionalizados a partir dos conceitos de *violência*, *paz* e *conflito*. Desta forma, torna-se imprescindível a compreensão de tais conceitos.

3.3 Conflito

Um dos principais conceitos dentro dos EP é a ideia de conflito. No entanto, apesar do sentido polissêmico em diferentes campos do saber, o conceito de conflito adotado nesta pesquisa será o de Johan Galtung, um dos principais autores dos Estudos de Paz.

Em seu livro *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization* (1996), Galtung conceitua conflito como a soma das *Atitudes e Premissas* (A), ou seja de emoções e ideias estabelecidas do outro ator; mais o *Comportamento* (B), isto é, violência física ou verbal, postura e linguagens hostis, etc.; e por fim, a *Contradição* (C) que seria a incompatibilidade de objetivos centrais em um sistema de busca de objetivos. O conceito proposto pode ser visualizado no Triângulo de Galtung:

Fig.11: Triângulo de Galtung



Fonte: adaptado de GALTUNG, Johan (1996)

Como também é possível notar, dentro desta conceituação há dois níveis de do conflito: o *Nível Latente* e o *Nível Manifesto*. O nível manifesto caracteriza-se em um nível onde há atitudes concretas, claras e comportamentos concretos de agressão, isto é, é o nível do conflito onde há o uso deliberado da violência (física psicológica ou verbal). No nível latente, é onde o conflito mantém-se em seu nível inconsciente e no campo teórico, levado por choques seja por ideias pré-concebidas ou por choque de objetivos.

É válido ressaltar que a conceituação embora sintética no *Triângulo de Galtung*, ela constitui um dos profundos sentidos do conceito, vide que uma completa compreensão do conflito implica na aproximação dos universos subconscientes coletivos dos atores envolvidos. O que traz como essencial à análise do conflito o conceito de violência e suas formas. Isso porque para a verificação de onde se encontra o conflito é necessário verificar em que nível se encontra a violência.

3.4 Violência

Galtung conceitua a violência como: a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é. (JOHAN, Galtung, 1969, p. 168).

A abrangência de tal conceituação insere fatores além da própria violência física, o que leva à conceituação de três tipos ideais de violência, segundo Galtung (1969):

1. *Violência direta*: agressão intencional entre os atores envolvidos
2. *Violência estrutural*: privação (intencional ou não) de recursos através da estrutura econômica e política.
3. *Violência cultural*: são costumes e tradições de uma sociedade que legitimam e reiteram práticas das violências direta e estrutural

Além da conceituação ideal dos tipos de violência, Galtung categoriza dois níveis de violência: O nível *Estrutural* e *Individual*. A distinção entre os dois níveis não são claras, no entanto, sua diferenciação ocorre na intencionalidade do sujeito:

“The distinction that nevertheless remains is between violence that hits human beings as a *direct* result of Figure 4 type actions of others, and violence that hits them indirectly because repressive structures (as analyzed in preceding section) are upheld by the summated and concerted action of human beings.” (GALTUNG, 1969, p. 178)

Em outras palavras, a violência no nível individual é observável e caracteriza-se pelo seu direcionamento ao sujeito alvo daquela violência (violência direta), enquanto que no nível estrutural a violência encontra-se direcionada para um grupo social. No qual o uso das estruturas econômicas e políticas são usados de forma intencional ou não para a privação de recursos para determinado grupo social. O que se traduz na injustiça social como resultado desta violência.

Tal definição torna mais amplo conceito de violência colocando-a como qualquer forma de impedimento da concretização de uma situação ideal. A aplicação deste conceito de violência pode ser observada quando uma pessoa, por exemplo, morre com tuberculose em hospital por falta de tratamento ou remédios. Tal situação poderia ser considerada (Segundo o conceito de Galtung) uma violência, pois a privação (intencional ou não) de remédios e tratamento é considerada um tipo de violência²⁶. A abrangência dos meios de violência é sintetizada por ele:

²⁶ Exemplo citado pelo autor, ver GALTUNG, 1969, p. 168

Fig. 12: Tipologia da violência

Table 1. *A Typology of Personal Somatic Violence*

Focussed on the anatomy	Focussed on the physiology
1. <i>crushing</i> (fist fight, catapults)	1. <i>denial of air</i> (choking, strangulation)
2. <i>tearing</i> (hanging, stretching, cutting)	2. <i>denial of water</i> (dehydration)
3. <i>piercing</i> (knives, spears, bullets)	3. <i>denial of food</i> (starvation due to siege, embargo)
4. <i>burning</i> (arson, flame, thrower)	4. <i>denial of movement</i>
5. <i>poisoning</i> (in water and food, in gases)	a. by body constraint (chains, gas)
6. <i>evaporation</i> (as in nuclear explosion)	b. by space constraint (prison, detention, exile)
	c. by brain control (nerve gases, 'brain-washing')

Fonte GALTUNG, Johan (1969)

A violência cultural por sua vez, ocorre pela invariância da violência estrutural, o que “*culturaliza*” costumes e hábitos que reforçam a violência na estrutura.

A dialética entre o nível individual e o estrutural é bastante dinâmica, isso porque quando a repressão violenta da estrutura é usada diretamente contra um indivíduo (seja pela via física ou psicológica), é possível auferi-la como violência direta (violência no nível individual) e por tal conclusão ignorar uma estrutura social violenta.

Da mesma forma a violência a um indivíduo pode ser derivada de uma violência estrutural do sistema contra determinado grupo. No entanto, segundo o autor, a relação entre os dois níveis é independente, embora possa haver algum nexo causal entre eles.

Em outras palavras, o Nível *Estrutural* e o *Individual* da violência podem existir sem a dependência do outro, apesar da possibilidade da violência da estrutura ser causa para a violência individual e da mesma ser causa para violência da estrutura.

3.5 Paz

A distinção dos níveis de violência é primordial nos conceitos de Paz propostos por Galtung: os conceitos de *paz negativa* e *paz positiva*. Partindo das construções de teóricas sobre violência, Galtung estabelece o conceito paz como

ausência de violência. No entanto, a definição do o que é a *paz negativa* ou *positiva* é dada a partir da articulação teórica nos conceitos de Paz e Violência.

A *Paz Negativa* corresponde à ausência da *Violência Direta*. Tal parâmetro pode ser entendido como negativo à medida que embora não haja a agressão direta, isto é, o conflito no seu nível manifesto, o conflito pode localizar-se em seu nível latente, ou seja, na formulação de percepções, atitudes, conceitos pré-formulados e comportamentos que possam levar a uma violência direta.

A relação entre a União Soviética e os Estados Unidos durante a Guerra Fria exemplifica este termo. Isso porque, apesar de não ter havido conflitos diretos entre ambas as potências disputavam zonas de influência no terceiro mundo. Além disso, o uso do impasse nuclear na *deterrence* demonstra a pacificação ou uma coexistência pacífica entre EUA e URSS por meio da dissuasão nuclear e não por uma pacificação do sistema, vide que as disputas ideológicas ainda se mantinham a todo o vapor.

A *Paz Positiva*, por outro lado, é correspondente à ausência da *Violência Estrutural*. A conclusão justifica-se pelo fato de que somente através da mudança estrutural da sociedade que sai de uma estrutura violenta para uma estrutura pacífica, é possível alcançar uma Paz em seu sentido mais amplo.

O processo de integração europeu, embora ainda tenha suas dificuldades, constitui um claro exemplo da mudança dos paradigmas relacionais entre os países do continente. O paradigma de rivalidade e disputa vivido na Europa até os anos 1950 foi dando espaço para a construção de uma estrutura capaz de superar de maneira pacífica os antagonismos que levaram às grandes guerras.

Desta forma, o processo de integração europeu se tornou o exemplo mais maduro de comunidade política e de integração regional. Segundo Ernst Haas, só há este tipo de ligação política entre os estados quando: *there is likelihood of internal peaceful change of setting of groups contending with mutually antagonistic claims* (Hass, 1961, p. 366).

É válido observar que a ausência e presença da violência referem-se à justiça social como cristalização desse processo. Isso porque, é através dela que é possível verificar a violência estrutural, pelo fato de que a violência direta é facilmente observável, mas a violência estrutural encontra-se muito mais como processo a ser identificado.

Capítulo III

4. Histórico da Região das Guianas

A região das Guianas se caracteriza como uma das sub-regiões da América do Sul menos conhecida e pouco estudada. O que resulta em uma historiografia ainda pouco explorada. De um mosaico étnico, cultural e linguístico peculiar aos vizinhos sul-americanos, a região possui seus vetores sociais, em sua maior parte, inclinados para o Caribe o que resulta em um maior distanciamento da comunidade sul-americana.

Composto por Brasil (pelos estados de Roraima e Amapá), Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, a região localiza-se no Norte da América do Sul

Mapa 3: Região das Guianas



Fonte: Silva, 2016

A região não possui características político-administrativas e históricas homogêneas, vide que é composto por países centenários (Brasil e Venezuela), países jovens (Guiana e Suriname) e uma Coletividade Ultramarina Francesa (Guiana Francesa).

A região se destaca pelo mosaico sociocultural incomum à herança das Américas Espanhola e Portuguesa. Por exemplo, as administrações coloniais na Guiana (ex-guiana inglesa) e no Suriname (ex-guiana holandesa) fomentaram a imigração de javaneses, indianos e chineses que passaram a conviver os indígenas e africanos que já eram presentes no território. Dessa forma a Guiana e o Suriname possuem características que fazem dos dois *uma outra América do Sul* (VISENTINI 2008, p.1).

No entanto, apesar da variedade da construção histórica e social da região, a *transnacionalidade histórica*²⁷, isto é, a realidade histórica da região que se basearia no movimento e circulação na construção da realidade social, conecta a realidade social dos territórios na região das guianas.

Em relação aos conflitos, a região das Guianas apresenta um diagnóstico característico da região sul-americana: ausência de guerras interestatais, mas a presença de conflitos violentos e latentes.

No Fragile States Index (índice de fragilidade dos Estados), os componentes da região apresentam níveis preocupantes de fragilidade estatal. O que indica o grau de controle institucional sobre choques e conflitos sociais. Com pontuações entre 0-120 (quanto maior a pontuação maior é índice de fragilidade) a região apresenta a seguinte pontuação:

Tabela 7: Região das Guianas no FSI

Região das Guianas no Fragile States Index (2018)	
Brasil	68,7
Guiana Francesa	Não há dados disponíveis
Suriname	64,0
Guiana	70,4
Venezuela	80,2

Fonte: Elaboração própria a partir de Fragile State Index

²⁷ Compreensão histórica com ênfase na preocupação central com os movimentos e circulações. Ver CAVLAK, Iuri. Fragmentos da História do Norte da América do Sul: Brasil, Guiana e Suriname. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo et al (org.). A fronteira setentrional brasileira: Das histórias pós-coloniais À formação de uma fronteira tardia. Macapá: Editora da UNIFAP, 2015. p. 116-151

Segundo a metodologia de classificação dos indicadores, tais pontuações entre 60-89,9 são classificadas com “warning”. Ou seja, existe um considerável grau de fragilidade institucional, o que incide negativamente nos conflitos e os seus graus de violência.

Tal configuração reflete em indicadores específicos da metodologia do Fragile State Index (FSI) como o indicador de aparelho de segurança – indicador que considera o grau de ameaça ao Estado como grupos terroristas, movimentos rebeldes e fatores criminais.

Tabela 8: Indicador do aparelho de segurança (FSI)

Indicador de Aparelho de Segurança Fragile State Index (2018)	
Brasil	6,8
Guiana Francesa	Não há dados disponíveis
Suriname	4,6
Guiana	6,6
Venezuela	7,4

Fonte: Elaboração própria a partir de Fragile State Index

O indicador é mensurado de 1-10, quanto maior for a pontuação maior é a fragilidade dos aparelhos de segurança. Desta forma mostrando as dificuldades da manutenção do monopólio legítimo da força por parte das instituições.

Em suma, a região pode ser apresentada como uma região heterogênea que se desenvolveu a partir de colonizações distintas e heranças sociais diferentes. Apesar de distinta em relação à América do Sul, a Região das Guianas, apresenta um cenário conflituoso e dados semelhantes à região sul-americana que ainda são poucos explorados. Sendo assim, é necessária a compreensão do desenvolvimento histórico e social e sua influência na latência e manifestação dos conflitos na Região das Guianas.

4.1 Brasil: Amapá e Roraima

Os Estados de Roraima e Amapá foram criados a partir da atual constituição federal. As guianas portuguesas passaram por um longo período de consolidação de suas fronteiras. De territórios federais a estados da federação, Amapá e Roraima

compartilham a posição periférica (distantes dos processos decisórios brasileiros e próximos de países virados para o Caribe). No entanto, embora periférica, a porção brasileira da região das guianas foi palco de intensas disputas entre grandes potências.

O esforço para a manutenção do território herdado da América Portuguesa foi o contexto das ocupações do Amapá e Roraima. E é um dos principais feitos das instituições brasileiras durante o Segundo Reinado e a Primeira República.

Fig.13 :Mapa de Roraima



Fonte: <https://www.sogeografia.com.br/Conteudos/Estados/Roraima/>

Fig. 14: Mapa do Amapá



Fonte: <https://www.sogeografia.com.br/Conteudos/Estados/Amapa/>

As constantes trocas de soberanias na Região das Guianas e a vulnerabilidade de um território vazio e inexplorado tornaram as investidas militares fatos recorrentes na região.

Um dos mais extensos conflitos na região envolvendo as posses portuguesas foi entre Portugal e França e posteriormente Brasil e França. Tal conflito remonta às raízes coloniais.

Em 1697 os franceses empreenderam campanhas militares de conquista do território português. Na ocasião, os franceses chegaram até Macapá e destruíram as fortificações portuguesas. Na ocasião, a disputa foi resolvida no Tratado de Utrecht de 1713.

Mesmo após o tratado as reivindicações do lado francês permaneciam e se desenvolveram no seio do imperialismo napoleônico e que em 1797 (diante da fraqueza de Portugal diante da França de Napoleão) ambos assinam um tratado concordando com os limites fixados no rio Calçoene (rio território à dentro do Amapá).

Em 1806, Portugal alegou nulos os tratados firmados depois do tratado de Utrecht, o que levou à ocupação portuguesa na Guiana Francesa por oito anos. Sendo somente devolvida aos franceses apenas em 1815.

O litígio foi herdado pelo Brasil Imperial e pela Primeira República, durante o século XIX e teve como pontos altos as investidas militares francesas e a proclamação da República do Cunani²⁸. A questão foi resolvida definitivamente 1900 com laudo arbitral suíço que na ocasião deu causa favorável ao Brasil e fixou os limites no Rio Oiapoque.

Por outro lado, em Roraima as questões fronteiriças foram menos intensas do que na fronteira franco-brasileira. Apesar de perder parte de seus limites o reconhecimento brasileiro ocorreu de maneira pacífica.

Os processos de independência na América Espanhola resultaram na fragmentação de todo império espanhol no novo mundo. E apesar do esforço de unificação de Simón Bolívar em manter parte do mundo hispânico unificado sob um governo. Desta forma, com a dissolução do sonho da Grã-Colômbia²⁹ em 1831 o império brasileiro empreendeu negociações com os herdeiros da Grã-Colômbia

²⁸ Uma República que surgiu na região contestada pela França no Amapá. Apesar de ter durado apenas entre 1886-1887, a República do Cunani criou bandeira oficial e moeda oficial.

²⁹ Um país sul-americano extinto e que durou entre 1819-1830. O país corresponde aos territórios atuais da Colômbia, Venezuela, Equador, Panamá e a Guiana-Essequiba (região pertencente à Guiana e que é reivindicada pela Venezuela atualmente)

como Venezuela e Colômbia. Sendo assim, em 1859 foram fixados os limites com a Venezuela e em 1907 com a Colômbia.

É necessário destacar que o esforço se deu em função do desconhecimento do terreno, vide que se trata fronteiras inóspitas e com floresta fechada, o que tornava os limites imprecisos e pouco conhecidos.

Outro ponto relevante no esforço de fixação de limites das fronteiras brasileiras na região das guianas foi a questão da Pirara em 1904, que tem como origem o período do Segundo Reinado.

Em 1835 o alemão naturalizado inglês, Robert Herman Schomburgk, fez a primeira expedição pelo interior da Guiana Inglesa. Embora até então ambos os países concordassem com os limites fixados no Rio Branco e no Pirara, sob razões humanitárias, Schomburgk propôs uma nova linha fronteira:

Sob a alegação de proteger dos brasileiros escravizadores as tribos que viviam na região – é verdade que as tropas de resgate ainda existiam – conseguiu Schomburgk, já famoso na Europa como descobridor da vitória-régia, não só que o pastor anglicano Thomas Yond se instalasse no Pirara, mas também que se formasse na Grã-Bretanha um movimento apoiando a apropriação da área. No livro que publicou em 1840, *A Description of British Guiana*, passou a reivindicar para a Guiana a fronteira pela Serra do Acaraí, no sul, e pelos rios Tacutu e Cotingo, a leste: a chamada “Schomburgk Line” (FILHO 2013, p. 102)

O território foi declarado neutro em 1842, e apesar da proposta britânica de resolver a questão dividindo a área meio a meio, o governo brasileiro resolveu optar pelo arbitramento internacional em 1899.

Em 1904, o arbitro italiano, o Rei Vitor Emanuel III dá ganho de causa à Inglaterra, embora julgasse que nenhum dos dois lados tenha apresentado provas contundentes de suas reivindicações. Apesar de criticada, a decisão foi aceita pelo Brasil sem protesto. Ficando assim estabelecido os limites atuais de Roraima.

Após o estabelecimento das fronteiras, a porção brasileira da Região das Guianas retorna à condição periférica. No entanto, o contexto da Segunda Guerra e a proximidade com territórios europeus suscetíveis à possível presença alemã trouxe momentânea atenção à região, culminando na criação dos territórios de federais de Roraima e Amapá em 1943.

A segunda metade do século XX foi palco de políticas públicas de povoamento e exploração dos recursos naturais da região amazônica em si. Dentro

deste contexto, a ideia vinculante girou em torno da exploração/preservação e proteção da soberania brasileira território amazônico, tendo como pano de fundo o desbravamento e a povoação da região. É somente na Constituição Federal de 1988 em que os territórios federais foram extintos e criaram-se os Estados de Amapá e Roraima.

A interação das guianas portuguesas com seu entorno regional e nas regiões de fronteiras sempre foram pontuais ou incipientes se comparada com outras sub-regiões do Brasil como a Tríplice Fronteira do sul do Brasil.

Isto se deve tanto pela densa fronteira de florestas quanto por se tratarem de regiões periféricas de baixa densidade demográfica. A interação ocorre em múltiplos sentidos tanto pela busca de serviços públicos do outro lado quanto pelo comércio e atividades ilícitas.

A interação do Amapá com a região se dá em virtude de sua fronteira com a Guiana Francesa, o que lhe constitui uma interação limitada dado ao controle francês de suas fronteiras na repressão de atividades ilícitas em seu território.

As interações principais se dão por dois principais eixos-temáticos: imigração e o garimpo (embora haja uma expressiva interação transfronteiriça bastante limitada entre São-Jorge e Oiapoque).

Por outro lado, Roraima que sempre teve uma dinâmica incipiente em suas fronteiras, dada a condição periférica do seu território, sofreu mudanças recentes em sua interação com a região.

Em relação à sua fronteira com a Guiana houve tentativas de adensamento e aproximação na Política Exterior da gestão Lula como a construção da ponte sobre o rio Takutu na fronteira entre os dois países. No entanto não se alterou significativamente o status da relação Brasil-Guiana apesar da presença expressiva dos guianenses em Roraima:

A presença dos guianenses no Brasil é marcante no estado de Roraima. O estado da federação brasileira recebeu muitos guianenses entre as décadas de 1960-1990 devido às crises político-econômicas da Guiana. Precisar o número de guianenses no Brasil mostra-se uma tarefa difícil não apenas pela quantidade de ilegais, mas também pelo número de registros duplos que guianenses têm. (CORREA, 2014, p.143)

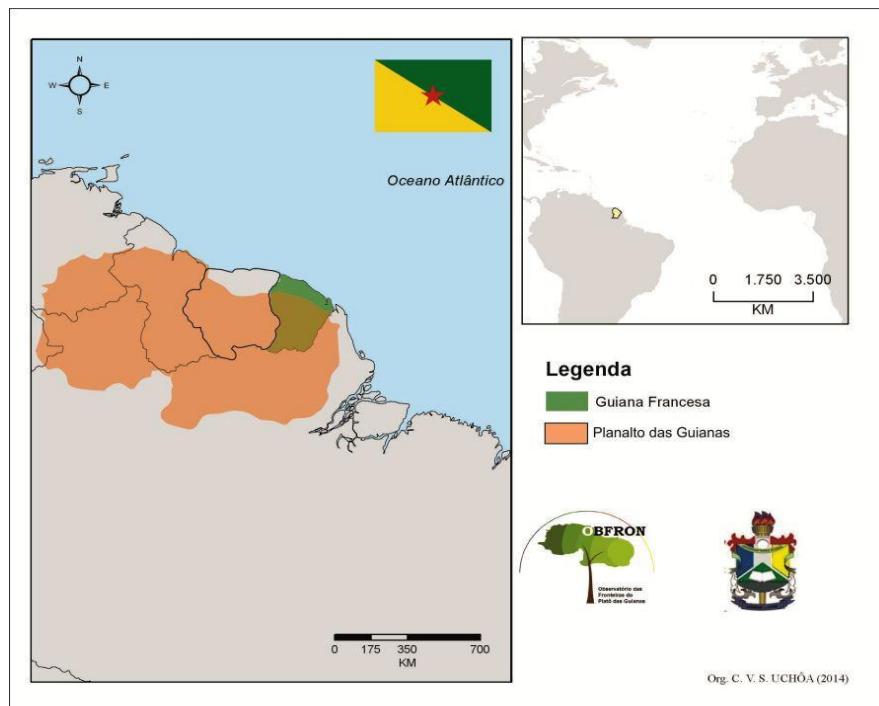
No entanto, apesar da presença expressiva em Roraima, a interação entre Brasil e Guiana, na fronteira, não apresentam indícios de politização ou securitização dos fluxos entre os dois países. No que diz respeito à Venezuela, o

estado brasileiro tem sofrido alterações dramáticas na questão migratória – a questão será abordada em mais detalhes posteriormente.

4.2 Guiana Francesa

A coletividade ultramarina francesa, Guiana Francesa, deixou o status de colônia da França em 1946 e passou a se tornar parte do território francês. O que lhe confere uma peculiaridade político-administrativa na região. O status e benefícios de ser território europeu o tornam o principal destino das migrações.

Mapa 4: Guiana Francesa



Fonte: Correa, 2014

Em sua história colonial, após conflitos com holandeses presentes em Caiena as forças francesas se estabeleceram na Guiana Francesa, em maior parte em áreas costeiras.

Expulsos do litoral brasileiro em 1615, os franceses se estabeleceram em Caiena em 1676, após inúmeras tentativas de fixação rechaçada pelos holandeses. O status de colônia francesa foi interrompido em 1809 pela invasão portuguesa.

A história colonial francesa em terras guianenses é marcada por tentativas frustradas de ocupação mata à dentro. Os projetos de ocupação esbarravam na insalubridade das condições e um sistema econômico pouco expressivo. Desta

forma, os projetos resultavam em mortes e prejuízos econômicos. O que lhe conferiu uma imagem de morte certa, como cita Cavlak, 2017:

No momento da eclosão da Revolução já se havia fixado no imaginário popular a Guiana como um lugar de morte certa, a “guilhotina seca”, daí ao mesmo tempo se mostrar um castigo severo para os revolucionários e um constrangimento do Estado e enviar pessoas para a reputada região infernal. (CAVLAK 2017, p.28)

Dado fracasso dos projetos importação de europeus, o extrato social passou a ser composto por jesuítas, índio, africanos e classes marginais ou perseguidas na Europa. Também foi característica da colonização francesa a catequização de índios e escravos no novo mundo.

Assim como na vizinhança guianense, a abolição a escravidão em terras francesas em 1848 implicou em mudanças importantes na dinâmica social. Para a substituição de mão-de-obra escrava, os franceses adotaram a estimulação da imigração africana, vide que era consenso entre os senhores da colônia de que os africanos eram os mais indicados para o trabalho.

No entanto, devido à pressão dos ingleses a imigração africana foi abandonada. O que implicou na vinda de imigrantes que oriundos de Índia, China e da ilha de Java. Sendo anos mais tarde substituídos por imigrantes das Antilhas Francesas.

A colonização francesa nas guianas também teve influência de outros dois eventos importante: crise do sistema econômico da colônia e o status de ilha prisão.

O sistema de plantation de açúcar na Guiana Francesa sofreu abalos que afetaram diretamente o sistema produtivo colonial em meados da segunda metade do século XIX. A abolição da escravidão repentina, sem preparação de transição de mão-de-obra e a crise do sistema, culminou na busca de outros produtos que pudessem protagonizar o sistema econômico da colônia.

A indústria do ouro passou a ser a principal opção, vide a crise do sistema anterior. Cavlak (2017) expõe que a exploração do ouro passou suscitar os objetivos de expansão dos franceses na região devido ao fato de que as principais reservas se encontravam próximo aos limites com o Amapá.

A efervescência de ideias e revoluções na Europa na segunda metade dos anos 1800 fizeram com que as forças reacionárias enxergassem a necessidade e a contenção e isolamento de ideias e indivíduos revolucionários. Na França, a

consolidada imagem de suas possessões em terras guianenses como “guilhotina seca” - levou à Bonaparte II criar um complexo penitenciário em 1852.

Assim, partindo de uma lógica de contenção de ideias e indivíduos possam alimentar revoltas, os presos políticos passaram a serem mandados para o complexo na Guiana Francesa. A política de banimento de presos para a Guiana Francesa durou de 1852 a 1938. Tal política servia como tentativa de ocupação territorial, pois os prisioneiros condenados até oito anos eram obrigados a viver o mesmo período na colônia. No entanto, essa tentativa de ocupação não rendeu grandes resultados na construção social local, vide que muitos voltavam para a metrópole após as penas.

Na Segunda Guerra Mundial, a Guiana Francesa foi inicialmente anexada à França de Vichy (Estado Francês colaboracionista criado pela Alemanha após a invasão de Paris). Sofrendo com os bloqueios norte-americanos, a Guiana Francesa passou a se associar à França Livre e à resistência de Charles de Gaulle.

Com o fim da guerra houve a descolonização da Guiana Francesa que passou a ser um departamento ultramarino francês, assim como a Martinica, Guadalupe e Ilhas Reunião.

Tal status administrativo mudou a dinâmica local, pois lógica exploracionista da floresta mudou para uma perspectiva preservacionista, o território passou a adquirir uma identidade própria, superando a dinâmica dicotômica entre litoral e interior.

Dada às condições precárias da ex-colônia, o governo central francês empreendeu medidas que visavam melhorar os indicadores socioeconômicos da Guiana Francesa a partir de 1950. É importante notar que este momento também se trata da construção da estrutura administrativa na Guiana Francesa bem como o surgimento de movimentos políticos de representação do Departamento ao governo central da França.

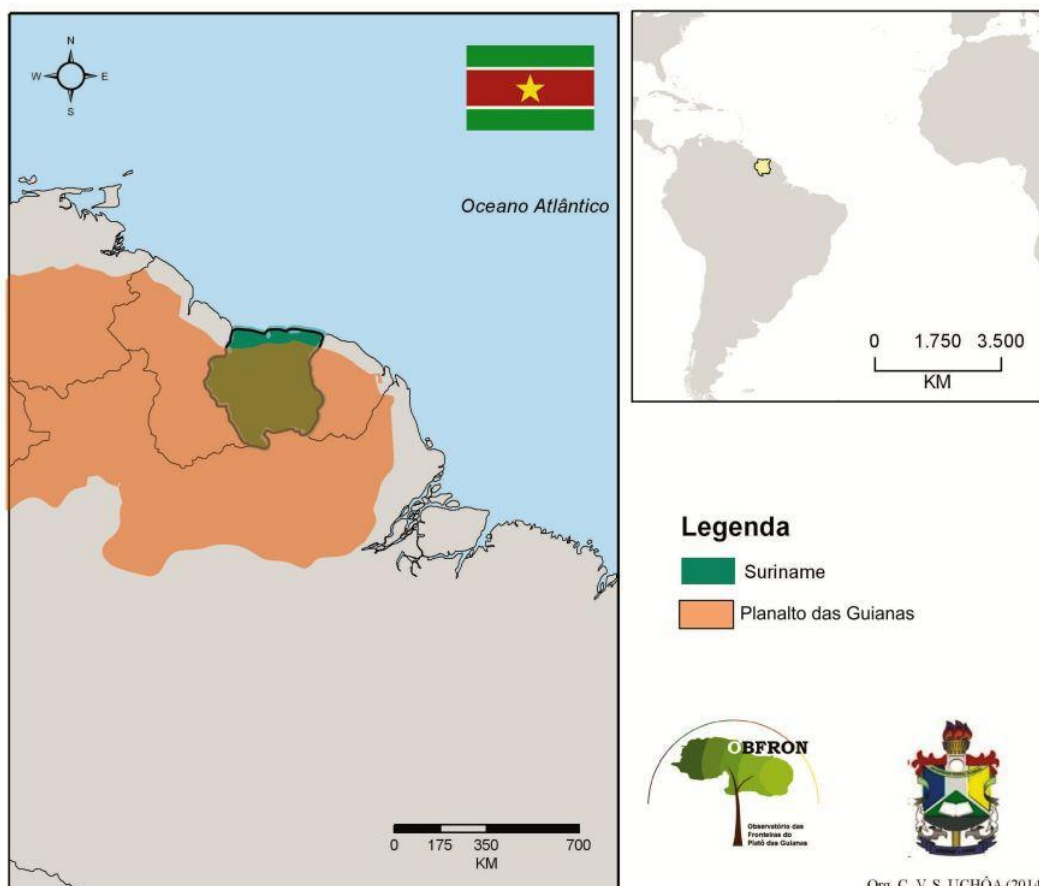
Outro ponto importante da história recente do território francês sul-americano é o Centro Espacial Europeu em Kourou em 1965. A construção do centro espacial se tornou importante não somente pela sua importância estratégica, mas por acentuar a imigração regional e formação de comunidades estrangeiras na Guiana Francesa, como a comunidade brasileira. No entanto, a história recente demonstrou uma intensa imigração, principalmente de brasileiros, ligada a atividades auríferas e uma repressão francesa ao garimpo e imigração ilegal.

4.3 Suriname

O Suriname é um país localizado ao norte do América do Sul, fazendo fronteira ao sul com o Brasil, ao norte com o mar do Caribe e a oeste com a Guiana e a leste com a Guiana Francesa. A ex-guiana holandesa se tornou independente em 1975. Com uma composição étnica diversificada e diferente se comparado com os demais países da América do Sul.

O país é composto por indianos, javaneses, ameríndios, chineses, eurafricanos e afro-americanos e outros. O país é um dos mais pobres da América do Sul, assim como a Guiana, o Suriname é dependente de recursos externos e possui uma economia que gira em torno da produção de bauxita, comércio e agricultura.

Mapa 5: Suriname



Fonte: Correa, 2014

Em sua história, o Suriname, passou do domínio inglês para o holandês em 1667 através do Tratado de Breda na qual houve a troca pela Ilha de Manhattan (possessão holandesa) pelo Suriname (possessão inglesa).

Na região das guianas, as trocas de soberanias eram constantes. Exemplo disso é o fato de que a ex-guiana holandesa (Suriname) foi fundada pelos ingleses (além das províncias de Essequibo, Demerara e Berbice) e Caiena, na atual Guiana Francesa, foi fundada pelos holandeses em 1659 com os recursos da Companhia das Índias Ocidentais.

Além das constantes trocas de soberania e acordos entre as potências europeias, outra questão importante sobre conflitos na construção histórica do Suriname é a sua construção étnica e social.

A administração colonial holandesa no Suriname possui características bem distintas da colonização Ibérica no geral. A colonização holandesa foi administrada por parceiros privados como a WIC (West Indian Company). Outro ponto importante desta administração, é que administração colonial permitia aos estrangeiros de qualquer nacionalidade a compra de terras na colônia. E por fim, outra característica de distinção da administração holandesa na colonial era que não havia a intenção de catequizar ou converter os colonos, o fator religioso não esteve tão presente.

A severidade do tratamento dos negros trazidos para trabalhar nas fazendas surinamesas contribuiu para o grande número de revoltas violentas e grandes comunidades negras de escravos fugidos das fazendas que se instalavam no interior do Suriname, conhecida como *marrons* ou *bush negroes*. A atividade econômica colonial era dependente da mão-de-obra escrava e o fato da maioria dos donos de terras estarem em outras províncias ou na Holanda, além da falta de experiência com tráfico negreiro dos holandeses, contribuiu com a grande violência com os escravos trazidos da África.

Com a escravidão abolida nas possessões holandesas em 1863, houve um período de substituição da mão-de-obra escrava pela para mão-de-obra estrangeira assalariada, sendo eles Imigrantes javaneses, indianos e uma pequena parte de chineses.

A diferença de grupos sociais distintos dentro da colônia (marrons, javaneses e indianos) que não se misturava, seja por motivos religiosos ou sociais, e as péssimas condições de vida da colônia contribuíram para um aumento de tensões e revoltas entre a administração colonial e os trabalhadores ou entre os próprios grupos étnicos, permanecendo os estereótipos e as tensões entre estes grupos.

Desta forma, com essa entrada de imigrantes, a composição social do Suriname passou a ser feita por indianos, javaneses, marrons (descendentes de escravos) e ameríndios. Os descendentes de europeus são pouquíssima parte devido ao fracasso dos planos de colonização.

De maneira sintética, a sociedade surinamesa se caracteriza como uma cultura multiétnica, mas pouco miscigenada. O que configurou uma sociedade, na qual setores sociais e políticos passaram a se desenvolver a partir das linhas religiosas e raciais.

Em 1974, a vontade do Suriname de tornar independente foi reconhecida pela metrópole e após um ano de negociação com a Holanda, Suriname se torna independente em outubro de 1975.

A independência do Suriname se diferencia da vizinha Guiana por haver muito mais vontade por parte holandesa de tornar a colônia independente do que uma vontade popular surinamesa, isso por que a sociedade surinamesa não queria perder os direitos de ser cidadão europeu³⁰ e também a economia surinamesa dependia das remessas externas de cidadãos surinameses que estavam no exterior.

No entanto, embora independente, a situação do Suriname não mudou de efetivamente, permanecendo uma sociedade pobre e dependente de interesses estrangeiros devido à grande presença de multinacionais no ramo de exploração de minérios, além de ainda permanecer dependente da ajuda holandesa, o que tornava a situação social do país bastante precária.

Após cinco anos de independência, Dési Bouterse um jovem sargento do exército surinamês promove uma revolta que desemborca em um golpe militar em 1980, começando assim um período de guerra civil.

A simpatia socialista de Bouterse e a política americana de luta direta contra o socialismo na América Central (a exemplo na Nicarágua e em Granada) tornavam a situação preocupante do ponto de vista brasileiro. Embora Bouterse mantivesse um movimento pragmático em sua política externa, isto é, um discurso que se mantinha simpático ao socialismo a fim de barganhar ajuda financeira do Ocidente.

No entanto, o conflito no Suriname elevou-se de tom com a execução de 15 opositores do regime surinamês no final de 1982, o que fez com que houvesse medo

³⁰ Com as ondas de descolonização e o assédio socialista no pós-segunda mundial, fez com que a metrópole procurasse uma maior aproximação com suas colônias no Caribe e o Suriname, o que resultou em 1954 na mudança de status das Antilhas holandesas e do Suriname para territórios autônomos.

de que o movimento pragmático de Bouterse estivesse se radicalizando, dando espaço então para uma intervenção norte-americana como foi feito na América Central.

A possível radicalização do discurso de Bouterse e uma possível intervenção americana levaram o governo brasileiro a intervir no conflito, dando origem a um dos episódios mais singulares da diplomacia brasileira, a Missão Venturini. A missão comandada pelo militar brasileiro Danilo Venturini, foi uma missão diplomática que foi dirigida por um militar, o que facilitaria o diálogo com Bouterse.

A missão consistia em oferecer pacotes de incentivos que iam desde linhas crédito em bancos brasileiros até transmissão de jogo de futebol desde que o Suriname abandonasse o discurso socialista e assumisse uma postura mais pró-ocidente, deixando claro ao governo brasileiro a postura pragmática e oportunista do regime surinamês.

Apesar de a missão ter sido bem sucedida, o abandono da órbita cubana não foi automático apesar de rápida, além disso, o regime de Bouterse manteve sua postura de barganha internacional com parceiros não bem-vistos pelo ocidente como a Líbia de Kadafi, isso porque os grandes problemas de corrupção e o não pagamento de empréstimos internacionais deixou o regime surinamês isolado no cenário internacional.

O isolamento do regime e o corte da ajuda da Holanda e dos Estados Unidos, além da guerra civil, em pequeno espaço de tempo, tornou crítica a situação do país, levando a divisões dentro do regime que passaram a fortalecer a oposição de Bouterse.

O regime de Bouterse durou de 1980 a 1986, mas em 1990 Bouterse deu um novo golpe ao governo de oposição democraticamente eleito em 1987. O “golpe do telefone”³¹ reafirmou a influência dos militares e de Bouterse na política do país, no entanto, sem apoio brasileiro.

O episódio teve intervenção brasileira no conflito em 1991 quando foi formada a Missão Reis que visava o retorno da ordem democrática no país. Esta missão diplomática brasileira procurou utilizar os logros da Missão Venturini (isto é, o acesso brasileiro e o diálogo do Brasil com os antigos políticos do regime de Bouterse) e procurou deixar claro às lideranças políticas de oposição à Bouterse que um

³¹ Este golpe caracterizou-se como a derrubada do presidente democraticamente eleito, Ramsewak Shankar, através de uma ligação na noite de natal.

governo não-democrático não seria mais tolerado. A tensão foi resolvida com um acordo entre as partes de se fazer eleições gerais com a supervisão de internacional da Organização Estados América e de outros países da região.

As tensões causadas pelo “golpe do telefone” ou “golpe natalino” reverberaram na ex-metrópole onde se passou a discutir a ideia do retorno do Suriname ao estatuto colonial.

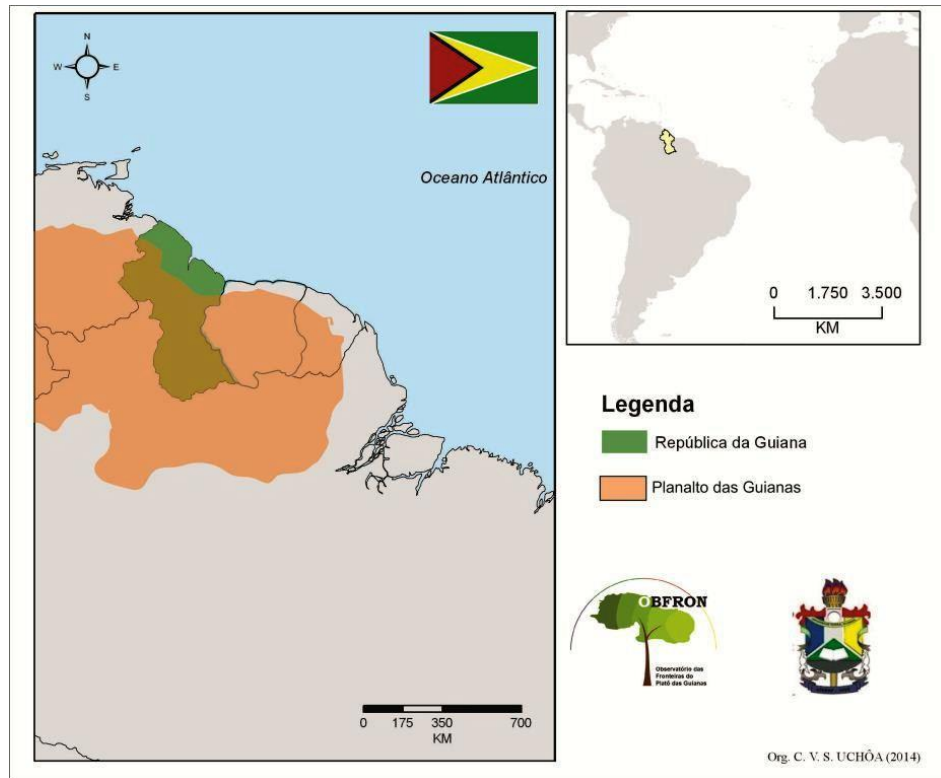
O Plano Lubbers, como ficou conhecido, logo causou insatisfação brasileira e a aprovação dos Estados Unidos que esperava um maior controle do tráfico de drogas (vide as denúncias de que o regime de Bouterse estivesse envolvido no tráfico internacional de drogas) e da França que esperava uma contenção do fluxo migratório para a Guiana Francesa, além da aprovação da sociedade surinamesa que desejava os direitos da cidadania europeia.

A repercussão do tal plano foi diversa. Enquanto os países centrais viam com bons olhos, o Brasil e o estamento militar de Bouterse viam com negatividade a proposta holandesa. Bouterse temia perder seu comando com a possível dissolução do exército surinamês, por outro lado o Brasil via como explosivo, pois a proposta trouxe divisões no Suriname, vide que a população ansiava pelos benefícios da nacionalidade holandesa. O que era endossado por algumas lideranças políticas que desejavam a aproximação com a Holanda enquanto Bouterse e os militares eram contrários à volta para o status colonial. Contudo a proposta foi logo desconsiderada pela Holanda diante das reações brasileiras.

4.4 Guiana

A República Cooperativa da Guiana ou ex-Guiana Inglesa se tornou independente em 1966. Com a composição étnica formada por negros, indianos e ameríndios e eurameríndios, o país tem um dos indicadores econômicos e sociais mais baixos da América do Sul e é dependente de investimentos estrangeiros e tem como principal setor produtivo o setor primário.

Mapa 6:Guiana



Fonte. Correa, 2014

A ex-guiana inglesa foi fundada por holandeses nos meados dos anos 1500 e 1600. E a partir da mão-de-obra dos holandeses que estiveram no Brasil durante a ocupação holandesa no litoral brasileiro, estabeleceu-se a exploração do açúcar na Guiana. É somente a partir de 1803 que a Guiana passa pelo domínio inglês.

De maneira semelhante a então Guiana holandesa, a população africana compunha a mão-de-obra escrava. Dada a violência, era comum revoltas escravas e expedições de caça aos *marrons*. Uma das revoltas mais marcantes ocorreu em 1823, na qual 12 mil escravos se rebelaram, resultando em uma das maiores revoltas negras do ocidente, segundo CAVLAK (2017, p.46).

Com a abolição da escravidão na Guiana em 1834, os donos de plantations na colônia optaram pela exportação de mão-de-obra imigrante vinda de outras colônias do Império Inglês. Este fluxo migratório foi composto por indianos, javaneses, chineses e portugueses. A política migratória para mão-de-obra durou de 1838-1917.

A independência guianense se impulsiona a partir da Segunda Guerra Mundial adquirindo um caráter socialista advindo principalmente Chedin Jagan e sua

esposa Janet Chagan um dos principais líderes políticos da Guiana da época, ambos possuíam fortes contatos com Cuba. A luta política de cunho socialista na Guiana teve seu ápice durante a década de 50 e 60.

É possível encaixar os movimentos políticos que levaram à independência guianense como característico do seu período, a Guerra Fria, isso porque o período é marcado pelo intenso embate Leste-Oeste e descolonizações com a intervenção ou influência das potências globais.

Na Guiana não foi diferente, a Inglaterra e os EUA temendo as lideranças socialistas emergentes no país, passaram a patrocinar uma oposição mais adequada aos seus interesses e desacreditar os sindicatos e os líderes socialistas, tudo isto para evitar reverberações socialistas no Caribe britânico e o endosso socialista de Cuba.

Em 1966, Forbes Burham apoiado pela ajuda anglo-americana, se torna o primeiro presidente da Guiana. O recente país se encontrou em um seguinte dilema: *como desenvolver o país sem dependência de recursos externos?*

Era consenso entre as lideranças políticas guianenses que era necessário apoio externo para o desenvolvimento, contudo a busca de apoio externo sem vinculação e dependência era uma tarefa difícil diante de um sistema internacional rígido e polarizado entre socialistas e capitalistas.

A opção pelo ocidente capitalista capitaneado e representado pela Inglaterra e os EUA logo se mostrou de curto fôlego, devido ao não pagamento dos empréstimos feitos pelo EUA e a Inglaterra à Guiana. Com isso a oposição socialista aproveitava este curto fôlego para fortalecer-se e assumir um discurso mais claro.

A necessidade de apoio externo para o seu desenvolvimento interno fez com que a Guiana passasse a assumir uma posição ambígua, hora com discursos pró-marxismo, outra hora com discursos pró-ocidentais, procurando sempre barganhar ganhos um com outro, mas sem grandes sucessos.

No final do século XX e início dos anos 2000, se destacou na história guianense a violência étnica de cunho político. Isso porque a política nacional guianense esteve dividida de maneira étnica entre os dois maiores partidos: o People Progressive Party (PPP), formados por indo-guianenses, e o People National Congress (PNC) , formado por afro-guianenses:

Since free elections had resumed in 1992, campaign seasons had been marred by violence, ranging from riots to assassinations, between the primarily Indo-Guyanese supporters of the People's Progressive Party (PPP) and the primarily Afro-Guyanese supporters of the People's National Congress (PNC) CHAUBEY, et al, 2011 p. 1

A polarização entre esses grupos é agravada pelo sistema de eleição majoritário, ou seja, de maioria absoluta. O que leva à exclusão de grupos étnicos menos representativos:

This system excludes large sections of the society and raises the issue of the legitimacy of such system in plural society such as Guyana (NORTON, 2007, p. 171)

A espiral de violência eleitoral entre os dois grupos foi sendo minimizados desde 2006, a partir de reformas no sistema eleitoral e da construção de mecanismos legais de inibição de tais comportamentos, procurando estabelecer um ambiente eleitoral menos violento.

4.5 Venezuela

A Venezuela é o país da região mais conhecido e possui uma história extensa e mais parecida com os seus vizinhos sul-americanos. Seja pelo modelo colonial ou pela sua independência. As recentes crises no país têm chamado à atenção do público brasileiro principalmente os efeitos incidem diretamente no seu entorno regional.

Fig. 15: Venezuela



Fonte: <http://geoamerica5.blogspot.com/2010/08/localizacaovenezuela.html>

A sua relação de sua história colonial com as outras guianas não renderam episódios relevantes. Embora o estabelecimento dos ingleses e holandeses em terras guianenses fosse estimulado pela concorrência marítima entre o Império espanhol, holandês e inglês que mantinham colônias no Caribe. Um exemplo disso foi a criação da “West Indian Company”, Companhia Comercial das Índias Ocidentais (WIC), como menciona Cavlak,2017:

O historiador Cornelis Goslinga entende que a WIC foi acima de tudo um instrumento de guerra e pirataria contra os espanhóis na região do Caribe, enquanto comércio e colonização seriam apenas a segunda opção.
(CAVLAK,2017 p,23)

Os movimentos de independência na Venezuela datam de 1810, acompanhando a tendência política do império espanhol no novo mundo. O clima de insatisfação no mundo hispânico iniciou-se a partir da invasão de Napoleão na Espanha em 1808.

Sob a liderança de Simon Bolívar a Venezuela se tornou independente em 1819.O país se tornou parte da federação da Grã-Colômbia até 1831. O Brasil rapidamente se mobilizou para fixação dos limites com os herdeiros da Grã-Colômbia e fixou os limites em 1859.

Suas interações regionais transfronteiriças são mais expressivas na sua fronteira com a Colômbia devido à trajetória histórica comum, fronteira seca e a violência vivida na Colômbia no século XX que fez aumentar os fluxos transfronteiriços entre a Venezuela e a Colômbia.

Virada para o Caribe e inclinada para o mundo *hispanohablante*, a Venezuela, permaneceu sem grandes interações com a Região das Guianas. No entanto, nos anos 1960 a Venezuela passou reivindicar parte do território guianense, alegando que a região de Essequibo, na Guiana, pertence à Venezuela (correspondente à dois terços do território guianês).

A questão está pendente desde 1962, quando o presidente venezuelano, Rómulo Betancourt, passou a contestar o Laudo de Paris datado de 1899 que estipulou os limites atuais entre a Venezuela e a Guiana. Apesar dos esforços de criação de comissões mistas para o estudo e de mediações internacionais a questão segue ainda latente. O histórico recente do conflito será detalhado no tópico dos conflitos atuais na região desta pesquisa.

Em relação ao Brasil, a integração entre os dois países em geral é incipiente devido a densidade demográfica que é bastante pequena nos dois lados da fronteira

e à distância dos grandes centros urbanos. No entanto, a partir da crise política recente na Venezuela, o fluxo de venezuelanos em direção ao Brasil tornou-se significativo.

A questão migratória na história venezuelana passou por significativas transformações. O país era receptor de imigrantes após 1830-1963 para povoamento e exploração das riquezas naturais. Após a estabilização da vida política do país através do Pacto de Punto Fijo³² e o desenvolvimento da exploração petrolífera, a Venezuela passou por um novo ciclo de recepção de imigrantes laborais qualificados entre 1963-1992.

No entanto, a crise política e econômica, acrescida da instabilidade institucional e o retorno da influência política dos militares finalizam o período democrático venezuelano³³. O que também inicia um novo fluxo migratório, desta vez de saída.

Apesar de o fenômeno ter a atenção recente por parte dos brasileiros, a saída de venezuelanos trata-se de um fenômeno que vem desde o final dos anos 1990 no início da era Chávez. Embora caracterizado inicialmente como um movimento das classes mais altas da sociedade venezuelana, o fenômeno alcança patamares mais expressivos na liderança do seu sucessor, Nicolás Maduro, em 2013.

A crise econômica venezuelana recente e a crescente crise política do modelo chavista deterioraram os indicadores sociais e qualidade de vida do venezuelano. O que impulsionou um movimento bastante expressivo de saída de cidadãos venezuelanos do país a partir de 2015.

O impacto regional do deslocamento se tornou semelhante à imigração pelo Mar Mediterrâneo e é composto por diferentes camadas sociais. O efeito da recente crise da Venezuela manifestou e evidenciou a latência de conflitos na região como o litígio com a Guiana que passou por novos episódios recentes do conflito até então adormecido.

³² Acordo firmado entre os três principais partidos venezuelanos em 1958. Firmado entre o a Acción Democrática (AD), Unión Republicana Democrática (URD) e o Comité de Organización Política Electoral Independiente (Copei) visava a estabilidade política após a ditadura de Marcos Pérez Jiménez (1952—1958). O acordo inaugurou um longo período democrático na história política venezuelana

³³ O período democrático venezuelano foi um dos mais longos vividos na América do Sul e que se desenvolveu na contramão da política sul-americana que durante a Guerra Fria foi governada por governos militares

Capítulo IV

5. Conflitos na Região das Guianas: Resultados e Análise

Como mencionado no capítulo anterior, em termos de conflitos, a região possui o diagnóstico semelhante ao dos vizinhos sul-americanos apesar de sua heterogeneidade e formação histórica distinta. Somam-se a estas características os índices de fragilidade estatal e de segurança. O que resulta em um cenário propício ao surgimento de novos conflitos, vide que os ambientes sociais nacionais e o ambiente regional se caracterizam pela prevalência de uma paz negativa e/ou violências estruturais.

A perspectiva clássica da Segurança também corrobora com a argumentação de que a região possui instabilidades que lhe aproximam do conflito seja ele da perspectiva de segurança ou da perspectiva dos Estudos de Paz (embora a perspectiva clássica leve em consideração um número menor de conflitos), como sintetiza Medeiros Filho (2014) em seu mapa:

Fig. 16.: Arco da instabilidade/estabilidade na América do Sul



Fonte: Medeiros Filho, 2014

Segundo Medeiros Filho (2014), a explicação da formação do Arco da Instabilidade no norte da América do Sul seria o grau de desenvolvimento de um regime de segurança regional:

Pode-se, do ponto de vista das perspectivas teóricas utilizadas, situar a sub-região Cone Sul em um padrão intermediário de integração regional – regime de segurança –, a caminho de uma pretensa comunidade de segurança. As sub-regiões Amazônia, Andes e Guianas, por sua vez, enquadrar-se-iam em um modelo menos avançado, mantendo traços de uma formação conflitiva. (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 29)

Apesar da convergência das diferentes abordagens (paz e segurança) em seu diagnóstico sobre os conflitos na região, o universo regional das Guianas ainda é pouco explorado e são poucas as análises que integram as dinâmicas regionais aos conflitos. Antes do desenvolvimento da análise dos conflitos são necessárias algumas pontuações.

Foram coletados 35 conflitos dentro do recorte temporal de 2008-2018 oriundo da bibliografia sobre o tema e os mapeamentos de conflitos. É possível que existam outros conflitos originados da pesquisa de campo e de fontes jornalísticas.

Devido à extensão territorial do Brasil e à condição político-administrativa da França na região foram considerados apenas conflitos com incidência locais. Isto é, apesar dos mapeamentos e a bibliografia apontarem mais registros de conflitos no Brasil e conflitos vinculados à França metropolitana, a pesquisa considerou somente os que se registraram na Guiana Francesa e os estados brasileiros do Amapá e Roraima.

A pesquisa também considerou apenas dados e registros oficiais, podendo desta forma haver registros indiretos e extraoficiais com dados diferentes. E por fim, as variáveis de análise e os seus valores e parâmetros foram descrito no capítulo metodológico da dissertação.

5.1 Brasil: Roraima e Amapá

O Brasil em sua porção da Região das Guianas registrou três conflitos no recorte temporal estudado. Os conflitos são de origens e questões sociais diferentes e têm forte impacto local considerando a dimensão destes estados.

O Environmental Justice Atlas registrou a ocorrência do conflito entre os índios Yanomami na fronteira do Brasil com a Venezuela e que habitam ambos os

lados da fronteira. O conflito refere-se à invasão de terras indígenas por parte dos garimpeiros em busca de ouro.

Segundo o EjAtlas, as invasões são recorrentes desde os anos 1970 e têm provocado 1500 mortes de indígenas Yanomami. Apesar de ter suas terras demarcadas em 1991, os limites compreendem apenas 30% do território ancestral dos Yanomami.

A exploração de minerais em suas terras voltou à pauta após o ressurgimento do projeto de lei 1610/1996 que visa liberar a exploração mineral em terras indígenas. Se aprovado, o projeto de lei afeta diretamente a comunidade Yanomami que só em suas terras há 654 pedidos de exploração de ouro.

O UPSALA Conflict Data Program registrou apenas um conflito no estado de Roraima em 2017. O conflito refere-se ao massacre ocorrido na penitenciária agrícola de Monte Cristo. Segundo o UCDP, o episódio juntamente com o ocorrido no Amazonas³⁴ é resultado da quebra de aliança entre Família Do Norte (FDN) e Primeiro Comando da Capital (PCC).

O confronto entre as duas facções diz respeito à disputa de rotas de drogas nas fronteiras do Brasil com a Colômbia e Peru. O PCC procura alcançar a dominância na região norte enquanto que FDN procura se consolidar nas rotas e fronteiras do norte.

Segundo o InsightCrime³⁵, há indícios de que a crise venezuelana e a grande movimentação na fronteira entre Roraima e Venezuela têm sido usada para a expansão do PCC na região norte. As conexões entre a facção e a fronteira seriam através do tráfico de armas.

Em análise, o InsightCrime, expôs dois motivos principais para a probabilidade do desenvolvimento do tráfico de armas: o passado recente de vendas de armas do Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB) para rebeldes colombianos e o valor das armas no mercado negro venezuelano que custam entre 5.000-8000 dólares enquanto que no Brasil custa 22.000.

A crise migratória em Roraima também tem se mostrado um outro foco de conflito na região. Segundo a Polícia Federal, o número de pedidos de refúgios de venezuelanos cresceu de 280, em 2015, para 17.130, em 2017.

³⁴ A rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim que resultou em 60 mortes foi resultado de lutas entre facções criminosas.

³⁵ <https://www.insightcrime.org/news/brief/brazil-pcc-expands-criminal-activity-trafficking-arms-venezuela/>

O número de refugiados tem impactado a vida local e tem gerado atritos e preocupações na comunidade local que teve sua normalidade alterada:

As principais preocupações dos munícipes em relação aos venezuelanos que vivem atualmente em Boa Vista dizem respeito às questões de segurança, pois o índice de criminalidade e furtos envolvendo venezuelanos cresceu significativamente. Apesar de não existirem estudos científicos comprovando a relação entre aumento da criminalidade e a imigração de venezuelanos. Contudo, a violência não é a única consequência ocasionada com a chegada dos imigrantes no município de Boa Vista, os hospitais da cidade estão superlotados, pois vários atendimentos de imigrantes venezuelanos são realizados, com isso, a falta de medicamentos já é notável. (BRAGA, et al, 2017, p. 8)

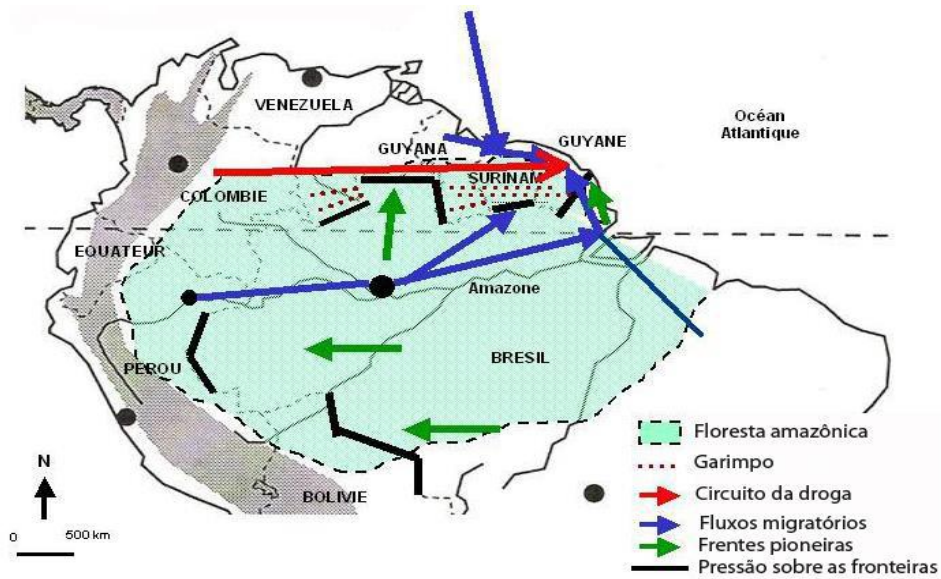
Em 2018 a crise culminou na expulsão e agressão de venezuelanos na fronteira, na cidade brasileira de Pacaraima. O episódio ocorreu após o assalto de venezuelanos a um empresário brasileiro. O incidente provocou protestos dos moradores e após a manifestação atacaram acampamentos de imigrantes venezuelanos e os expulsaram do lado brasileiro da fronteira.

É possível observar na parte brasileira da Região das Guianas, em Roraima especificamente, a incidência de conflitos recentes em seu nível manifestos e latentes. Além de crises violentas e crises sociais.

Os conflitos se desenvolveram a partir de lógicas exógenas fazendo do local apenas um interposto ou um corredor para estas dinâmicas e fluxos potenciais de conflito.

Por exemplo, o conflito registrado pelo UPSALA é resultado de disputas de atores nacionais e locais que tem se aproveitado das condições recentes da fronteira para criar novas rotas de atividades ilícitas. Regionalmente o circuito dos ilícitos se configurava a partir da Colômbia e se deslocava pelo platô das guianas:

Fig. 17: Rota dos ilícitos na Amazônia Transnacional



Fonte: GRANGER, 2008

No entanto, as recentes disputas e a expansão das facções nacionais como Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital e a Família Do Norte tem reconfigurado a dinâmica das rotas na Amazônia com via ao Norte por Roraima e distribuição nacional em Belém, um exemplo disso é atual rota da cocaína produzida no Peru, segundo o InsightCrime

Fig.18: Rota da cocaína peruana no norte do Brasil



Fonte: <https://www.insightcrime.org/news/brief/lucrative-cocaine-trade-fuels-gang-presence-brazil-amazon/>

A questão da exploração ilegal de minerais em terras indígenas também é verificável em outros pontos do território brasileiro e da Região das Guianas. Bem

como o problemas de demarcação de reservas indígenas. A questão migratória, como já explorado anteriormente, também se desenvolve em uma exógena que não necessariamente advém do estabelecimento de venezuelanos em Roraima:

Além disso, percebe-se um grande número de migrantes pendulares, seja pela proximidade com a fronteira, seja pela necessidade de retornar para levar alimentos, medicamentos e visitar parentes. (SIMÕES, Gustavo, 2017, p. 52)

Por outro lado, o Amapá não registrou conflitos no recorte temporal, no entanto, sua fronteira com a Guiana Francesa tem sido focos tensões e conflitos com os franceses, isso porque, a dinâmica fronteira entre o Amapá e Guiana Francesa é movimentada pela imigração de brasileiros rumo ao território francês além da movimentação das atividades ilícitas ligadas ao garimpo ilegal em terras francesas.

5.2 Guiana Francesa

O território ultramarino francês não registrou nenhum conflito nos mapeamentos de conflitos pesquisados. A ausência de registros deve-se ao fato de que as bases de dados de conflitos contabilizam apenas dados referentes à França metropolitana, isto é, sua porção continental na Europa, deixando de lado os territórios ultramarinos.

No entanto, embora seus indicadores socioeconômicos sejam superiores à realidade do seu entorno regional, eles não os mesmos do que os indicadores europeus da metrópole. A insatisfação social em temas como desemprego e segurança foram pautas de reivindicações da greve geral na Guiana Francesa em abril de 2017³⁶, na qual a união dos sindicatos paralisaram os serviços causando uma série transtornos como o atraso do lançamento do satélite brasileiro prevista para o dia 21 de abril³⁷.

³⁶ Greve geral na Guiana Francesa: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/04/1872494-greve-geral-na-guiana-francesa-ja-dura-dez-dias-e-influencia-eleicao-na-franca.shtml>

³⁷ Atraso no lançamento dosatelite brasileiro na Guiana Francesa: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/greve-na-guiana-francesa-adia-lancamento-de-satelite-brasileiro-ao-espaco>

As pautas reivindicadas pela sociedade franco-guianense demonstram a sensibilidade e latência de temas dois temas de conflito registrado na bibliografia: imigração e as atividades ilegais do garimpo.

A Guiana Francesa (GF) possui um dos números elevados de população estrangeira em todo o território francês. De acordo com dados de 2009 do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE), a população estrangeira na Guiana Francesa representava 29,7 % da população. E dentre este grupo os brasileiros são 33%.

Em 2013, o consulado brasileiro em Caiena registrou 6.752 imigrantes brasileiros legalizados. No entanto, estima-se que este número seja três vezes devido às atividades ilegais do garimpo.

A imigração na GF oriunda da região se orienta em duas vias: pela fronteira com Suriname pelo rio Marroni e pela fronteira com o Brasil, pelo rio Oiapoque. Mas o fluxo brasileiro em território francês se destaca entre os demais grupos devido à sua intensidade e quantidade e por isso gera uma relativa politização na sociedade franco-guianense. Isso porque o seu fluxo geralmente está associado a atividades ilegais:

O fluxo migratório de brasileiros é intenso e existe receio do potencial do Brasil em aumentar ainda mais a comunidade brasileira na GF. Esse fluxo é politizado através de medidas internas de controle migratório, inclusive permitindo uma anormalidade da relação de reciprocidade entre estados: brasileiros precisam de vistos para ir à Guiana Francesa, entretanto não há necessidade do visto para franceses em solo brasileiro. Esses entraves na circulação de pessoas e uma sectarização da comunidade brasileira são situações que se contrapõem ao amadurecimento da integração.
(CORREA, 2014, p. 116)

O conflito da imigração brasileira na GF é um dos principais entraves na cooperação entre os entes sub-nacionais do Amapá e Guiana Francesa. E apesar de não impactar de maneira efetiva a relação Brasil-França a questão ainda é latente na região

Para os atores institucionais franceses há questões diretamente associadas à migração clandestina de brasileiros: devastação ambiental, criminalidade, vulnerabilidade das populações indígenas devido à contaminação dos rios e dos peixes pelo mercúrio, evasão de divisas, malária e HIV/AIDS
DAS CHAGAS MARTINS, 2017, p 52

Outro ponto pertinente à imigração a partir do Amapá é que ela não é só feita por brasileiros, mas também por haitianos que procuraram o Brasil nos últimos anos, como expõe Joseph (2017):

Os dados etnográficos sugerem que a chegada dos primeiros na região da Amazônia aparece ligada à Guiana Francesa, pois boa parte não pretendia ficar no Brasil. De acordo com os meus interlocutores e os coordenadores da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga, inicialmente, a Tríplice Fronteira e o Brasil em si eram uma espécie de corredor, uma etapa para chegar ao Departamento ultramarino francês, embora muitos tenham permanecido no Brasil. (JOSEPH, 2017, p.13)

O conflito do garimpo ilegal consiste em outro conflito verificado na bibliografia. Esta questão liga-se diretamente à presença brasileira, vide que tal atividade encontra-se dominada por brasileiros:

A garimpagem clandestina na Guiana Francesa é realizada, em sua grande maioria, por brasileiros que se aproveitam da permeabilidade da fronteira franco-brasileira (SILVA, 2013, p.89)

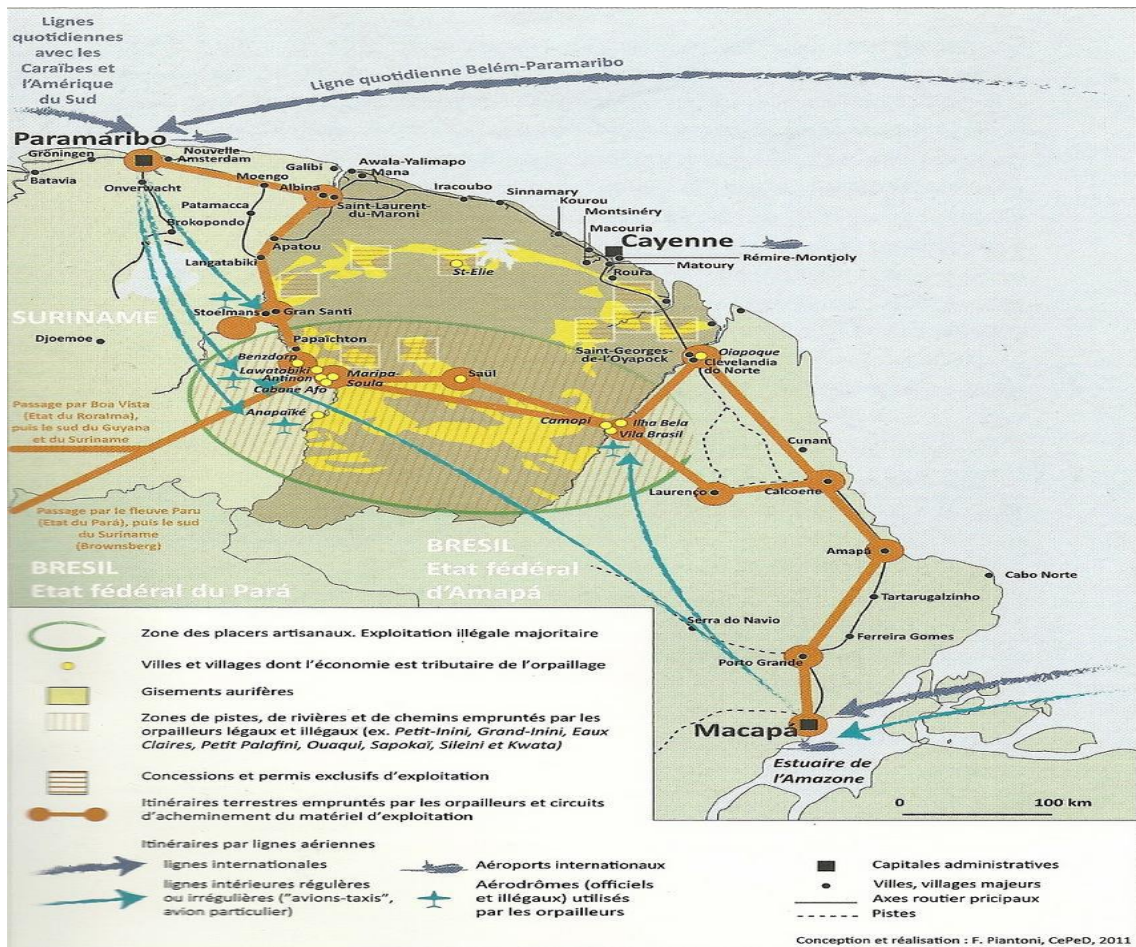
A extração do ouro na região é um dos principais atrativos e motivadores da imigração brasileira. No entanto, a atividade do garimpo não movimenta apenas a extração de ouro, mas outras atividades como o tráfico de armas, drogas e prostituição.

Os garimpeiros não se encontram apenas na GF, mas em toda Região das Guianas. Todavia, na GF o conflito encontra-se na ilegalidade da atividade em território protegido. A ilegalidade do garimpo é fortemente combatida na legislação francesa e europeia.

Apesar das cooperações e operações conjuntas entre o lado francês e brasileiro como a Operação Harpia³⁸ ainda não resultaram em efetivas diminuições da atividade. As disposições das reservas auríferas na GF começam nas fronteiras, ou seja, a partir do rio Oiapoque e distante das aglomerações urbanas. Tal disposição facilita o fluxo de atividades ligadas ao garimpo vide que o que separa os dois lados é apenas o rio.

³⁸ Operação policial mista entre policiais franceses e brasileiros de combate ao garimpo

Fig. 19: Reservas Auríferas na Guiana Francesa



Fonte: PIANTONI, 2011, p.45.

Os conflitos apresentados na Guiana Francesa se apresentam em um nível latente e nem sempre violento. A possível explicação para a latência seria em primeiro lugar, a distância dos centros decisórios tanto do lado francês quanto do lado brasileiro da fronteira. Ambos os territórios possuem pouca autonomia administrativa na administração local de suas questões, o que implica em contradições locais.

E em segundo lugar, a condição fronteiriça de ao mesmo tempo ser considerada na escala nacional como *periférica*, mas, por outro, é extremamente *estratégica* na internacional, pois, sobre esta última condição, se articula com um membro integrante da União Europeia (PORTO, 2014, 151).

5.3 Suriname

O Suriname registrou três conflitos, dois pela bibliografia e outro pelo EjAtlas (e que também é registrado na bibliografia). Os conflitos referem-se a questões relacionadas ao uso do território.

Quanto ao território surinamês são necessárias algumas contextualizações. Primeiramente, a concentração demográfica sempre esteve no litoral desde tempos coloniais. O interior do país é coberto pela floresta amazônica e sempre foi habitada pelos descendentes quilombolas marrons que no período colonial fugiam das fazendas no litoral e se concentravam no interior do país.

Segundo, o Suriname não é signatário da Convenção nº 169 da OIT, isto é, um dos mais fundamentais documentos internacionais de proteção de povos indígenas e tribais. Terceiro, o país possui reivindicações fronteiriças com a Guiana Francesa e com a Guiana.

O primeiro registro do EjAtlas refere-se à causa do povo Saramaka. O povo Saramaka é um dos grupos quilombolas marrons presentes na Guiana Francesa e no Suriname. No Suriname eles são por volta de 45.000.

Desde a década de 1990 o estado surinamês tem permitido concessões de explorações de recursos naturais em terras Saramakas sem consulta ou consentimento. Em 2000, a questão foi levada à Corte Interamericana de Direitos Humanos. O processo foi concluído em 2009 com a vitória dos Saramaka, onde foi reconhecida pela Corte a violação dos direitos dos povos tradicionais marrons por parte do estado surinamês.

Sobre a questão são necessárias algumas ponderações importantes. A questão dos direitos dos povos quilombolas e indígenas remontam à acontecimentos recentes na história surinamesa que influenciam a relação entre os povos tradicionais do Suriname e a elite nacional.

Segundo Price (1999), os Saramaka e os Ndyuka (um dos povos quilombolas no país) estabeleceram limites de terras ainda nos meados do século XVIII. No entanto em 1960, os Saramaka foram desapropriados de suas terras para a construção da barragem da hidroelétrica Afobaka Hydroelectric Dam - que afetou metade do território Saramaka.

Após a independência, em 1975, a guerra civil no Suriname também influenciou na vida dos povos tradicionais, isso porque o grupo opositor de

guerrilheiros era oriundo de etnias quilombolas como Ronnie Brunswijk – uma das principais lideranças do movimento. A repressão aos rebeldes resultou em episódios de massacres em comunidades tradicionais do interior do país, como cita Price (1999):

A guerra civil, cujas ondas, de maio de 1986 a agosto de 1992, jogaram o exército nacional Surinames contra uma pequena força guerrilheira conhecida por “Jungle Commandos” (formada principalmente de ndyukas mas contando também com alguns saramakas), ofereceu aos cidadãos nova oportunidade para pôr em prática as velhas atitudes de muitos deles em relação aos quilombola (PRICE, 1999, p. 207)

Outro ponto a ser considerado na questão quilombola no Suriname é a exploração de recursos naturais. A extração de ouro, o principal mineral extraído do interior do país em terras quilombolas, é feita com a grande participação de brasileiros. A importância da presença brasileira ocorre devido à técnica trazida por eles:

In addition to locals, numerous Brazilian gold miners or garimpeiros cross these same porous borders either walking, or by boat or plane. They also bring advanced knowledge of hydraulic mining techniques and small-scale mining management as well as different customs of interacting and relating to people and places. (THEIJE E HEEMSKERK, 2009, p. 5)

Desta forma, é possível notar a presença brasileira em comunidades marrons em atividades ligadas direta ou indiretamente ao garimpo assim como na Guiana Francesa. No entanto, diferente da GF, o garimpo é uma atividade permitida no Suriname. E assim como na gf, ela é explorada por brasileiros.

No entanto, os conflitos com brasileiros não se encontram na exploração da atividade como na GF, mas no desequilíbrio social das atividades que giram em torno do garimpo como a prostituição, drogas e armas.

Dessa forma, essas atividades são entendidas como males e ameaças da presença brasileira como grupo étnico no país. Isso porque a sociedade do Suriname é baseada nas composições étnicas que pouco se misturam. Em 2009, uma briga de bar em área de garimpo entre brasileiros e marrons, se tornou em episódios de violência com morte e estupros de mulheres brasileiras.

Nos mapeamentos globais sobre conflitos como UPSALLA Data Program, Conflict Barometer de Heideberg ou o Insight Crime não há registros de conflitos no

período de 2008-2018. No entanto, é possível observar na bibliografia a latência da questão do litígio do New River³⁹.

A economia surinamesa é dependente da venda de commodities no mercado internacional o que o torna sensível às ondulações dos preços internacionais de produtos como bauxita e alumínio (principais exportações do país). Desta maneira, as exportações surinamesas passam por queda desde 2014 e com a queda dos preços de commodities, o que configurou um cenário de crise econômica.

Em 2015, em um discurso à Assembleia Nacional do Suriname, o então presidente Dési Bouterse afirmou que a questão do New River “estará de volta à agenda do país”⁴⁰. O contencioso trata-se de uma região entre a Guiana e o Suriname na qual o Triângulo do New River é formado pelo encontro de do Rio New River (ao Oeste) e o Rio Tukuri (ao leste).

O conflito consiste na reivindicação surinamesa de que seus limites seriam mais ao oeste (ao New River) e não apenas ao Rio Tukuri. A origem da questão remonta a questões coloniais. No início da década de 1930 a Inglaterra e Holanda (até então metrópoles da Guiana e Suriname respectivamente) elaboraram um primeiro acordo estabelecendo os limites da então colônia holandesa até o Rio Tukuri, no entanto, devido a eclosão da Segunda Guerra na Europa a questão ficou adormecida, sendo reavivada em 1962 onde a Holanda propondo o limite até o New River.

Embora a Guiana após sua independência tivesse a política de equidistância na aérea, dividindo o triângulo igualmente a parte do rio Couretyne (limite reconhecido entre os dois países), o Suriname (como colônia holandesa) ocupou militarmente a região sem o consentimento da Guiana que detinha a soberania do Triângulo com base no primeiro acordo. A ocupação durou de 1960-1969, tendo os surinameses rebatizado o New River de Rio “Tigri”. Após o ocorrido a questão se manteve estável com baixa probabilidade confronto armado devido à proximidade econômica entre os dois países.

³⁹ É importante frisar que o Suriname também possui uma reivindicação do em parte do território francês. No entanto, a questão tem sido esquecida tanto pelo fluxo intenso entre surinameses e franco-guianenses no rio maroni e a busca de apoio da União Europeia para cooperação regional (Granger, 2016

⁴⁰ <https://www.kaieteurnewsonline.com/2015/11/01/suriname-withholds-information-on-renewed-claim-to-new-river-triangle/>

No entanto, a indefinição e a manutenção da questão na política surinamesa mantem a latência da questão em mapas oficiais surinameses que trazem a região como pertencente ao seu território, por exemplo. O discurso de Bouterse também evidencia a latência e a presença da questão na política nacional.

Apesar da declaração do presidente surinamês, a questão passou a ser resolvida de maneira bilateral com a criação de uma comissão de surinameses e guianenses na investigação histórica do caso. A notícia foi anunciada pelo o então ministro das relações exteriores do Suriname, Carl Greenidge.

Como característica geral, os conflitos registrados no Suriname remontam à antigas questões relacionadas à construção histórica do território surinamês e sua ocupação. A juventude das instituições e o passado recente conflituoso ainda influenciam na existência de conflitos recorrentes.

Apesar de antigos, os conflitos registrados no recorte temporal possuem pouca incidência de violência ou de refugiados. Mas ainda se mantêm no nível latente, isto é, sem grandes manifestações concretas de violência intencional, mas reside nas lembranças do passado recente e que se manifestam em determinados contextos

5.4 Guiana

Na Guiana foram registrados dois conflitos ligados a questões raciais e direitos dos indígenas no país. Os conflitos, assim como no Suriname, são resultados de eventos do passado recente do país e bem como sua construção histórica e social.

No UPPSALA Conflict Data Program, foi registrado um conflito. O conflito refere-se à morte de 29 civis em janeiro de 2008 em diversos ataques do grupo criminoso de Buxton, um vilarejo próximo da capital, Georgetown. Os ataques resultaram na morte de 29 civis. Os episódios de violência ocorreram em resposta do sequestro da namorada do líder do grupo que acusou o envolvimento da polícia.

Embora a questão remonte apenas à questão da segurança pública guianense, o episódio se desenvolve a sombra de linhas raciais e sociais. Antes da exposição da questão é necessária a compreensão da estrutura social e o contexto do início dos anos 2000 na Guiana.

Como explicado no capítulo histórico da Guiana, o período dos anos 1990 são marcados pelas tensões raciais entre Indo-guianenses e Afro-guianense e estas tensões sociais se desenvolveram a partir da polarização política entre os partidos representantes destes grupos. Como resultado, os discursos radicais produziram imagens polarizadas de marginalização do Afro-guianense e autoritarismo político do Indo-guianenses. Desta forma, ocorreu um cenário de insegurança étnica mencionada por Norton (2007) que mesclou o discurso político com episódios de violência.

O grupo criminoso de Buxton foi formado por Afro-guianenses que fugiram da prisão em 2002. O grupo autodenominava-se como *the Five for Freedom* e passaram realizar atividades criminosas atacando Indo-guianenses como luta dos direitos dos Afro-Guianenses.

Os criminosos de Buxton também fazia acusações ao PPP de criar políticas de favorecimento aos indo-guianenses e marginalização do povo Afro-Guianense. O grupo de Buxton recebeu apoio aberto do PNC (partido representante dos afrodescentes guianenses). Por outro lado, surgiram esquadrões fantasmas que passaram a atacar os afro-guianenses em resposta ao grupo de Buxton:

With the police unable to stop the killings, vigilante death squads took it upon themselves to restore order. These 'phantom squads', as they became known, targeted, tortured, and executed a number of Afro-Guyanese gang members. (Owen e Grigsby, 2012, p.31)

A violência étnica tem diminuído desde 2006 através de esforços para a pacificação do processo eleitoral. No entanto, ainda são evidentes as polarizações étnicas na política guianense como na crise política de vida no final de 2014.

O país foi governado por David Ramotar do (PPP) de 2011-2015. O seu partido está no poder desde 1992. Em novembro de 2014, o então presidente guianense suspendeu o parlamento⁴¹. A suspensão do parlamento⁴² veio em resposta ao *voto de desconfiança*⁴³ movido pelo parlamento. O voto de desconfiança foi motivado pelo gasto de US \$ 22,5 milhões sem aprovação parlamentar.

⁴¹ <https://www.reuters.com/article/us-guyana-politics/guyana-in-political-crisis-after-suspension-of-parliament-idUSKCN0J127E20141117>

⁴² Instrumento previsto na constituição da Guiana, na qual prevê a suspensão do parlamento por seis meses

⁴³ O voto de desconfiança trata-se de instrumento legislativo de pedido de explicações do presidente ao parlamento

O presidente guianês foi forçado a convocar novas eleições em 2015, na qual o candidato de oposição, David Grangner, da *Partnership for National Unity* (APNU). A crise política e conflito étnico voltaram ao debate em 2017 com a destituição do juiz Justice James Patterson da Guyana Elections Commission (GECOM). O presidente, afro-guianês, David Grangner, recebeu duros protestos pedindo sua renúncia de vários setores da sociedade guianense.

Outro conflito foi registrado na bibliografia: a questão da demarcação de terras indígenas na Guiana. Segundo Lima (2011), os indígenas guianenses é um grupo étnico distante de qualquer influência real na política guianense, embora tenham se organizado sua representação como através do Amerindian Association of Guyana e até o National Guyana Party, partido político predominantemente silvícola.

Dentre das questões pendentes da questão indígena é a demarcação completa de suas terras. Os indígenas possuem apenas demarcações parciais de seu território amparado pelo Amerindian Act⁴⁴. As normas guianenses do Amerindian Act não abrangem a totalidade do território indígena e deixa margem para a exploração mineral nos rios e suas margens:

Sem meios de sobrevivência, muitos se envolvem com a mineração em suas próprias terras, o que não é permitido pela legislação guianense, o *Amerindian Act*. Porém, a negligência, a omissão criminoso e a falta de fiscalização adequada deixam essas terras sujeitas à própria sorte. Contribui para isso a flexível legislação indígena guianense que exclui das reservas os rios e suas margens. Por consequência, a poluição, sobretudo mercurial, é generalizada, com reflexos na água potável e na pesca. (LIMA, 2011, P. 21)

De maneira semelhante ao caso brasileiro, as terras indígenas guianenses são invadidas por garimpeiros em busca de ouro. A exploração em larga escala por mineradoras também são ameaças à autonomia indígena em suas terras que se concentram no interior do país.

A falta de autonomia indígena ficou evidente em janeiro de 2013 quando a suprema corte da Guiana decidiu que os povos indígenas não têm direito de expulsar a mineração legal de suas terras. Cabendo ao governo a aprovação de uso

⁴⁴ instrumento normativo jurídico guianês que versa sobre as terras indígenas

de terras indígenas para a extração de ouro. O episódio provocou protestos de grupos indígenas⁴⁵.

O tema voltou ao debate com a recusa do presidente David Gragner em reconhecer as especificidades da titulação de terras ameríndia em maio de 2017⁴⁶. A posição foi reforçada pelo o então Ministro de Estado Joseph Harmon afirmando que “o presidente tem autoridade sobre títulos de terras”⁴⁷.

A recusa veio diante da reivindicação do National Toshias Council (conselho de líderes de comunidades Ameríndias na Guiana) de reconhecimento e especificidades dos títulos de terras indígenas.

Os conflitos registrados na Guiana variaram entre crise violenta e disputa. É evidente no caso guianense a disputa política sobre as sombras da origem étnica. O que alimenta o ciclo conflituoso entre o reforço das linhas na política e nas relações sociais.

5.5 Venezuela

A ex-guiana espanhola foi o país que mais registrou conflitos no recorte temporal desta pesquisa. De 31 conflitos registrados na pesquisa 22 são conflitos venezuelanos. Os conflitos estão divididos em tipos de conflitos: conflitos relacionados a questões indígenas, problemas fronteiriços (problemas de fronteira e problemas na fronteira), choques políticos nacionais e internacionais.

No EjAtlas foram registrados de 8 conflitos indígenas (de acordo com conceito de conflito do referencial teórico adotado na dissertação). As causas dos conflitos giravam em torno da extração mineral ilegal em terras indígenas e o impacto de grandes projetos estatais em comunidades indígenas.

A demarcação de terras indígenas encontra amparo legal na constituição bolivariana de 1999 e na Lei dos povos indígenas de 2005. No entanto, as recentes violações de suas demarcações e violência aos povos indígenas estão inseridas em uma dinâmica particular vivida pela Venezuela nos últimos anos.

⁴⁵ <https://news.mongabay.com/2013/01/miners-win-ruling-over-indigenous-groups-in-guyana/>

⁴⁶ <https://guyanatimesgy.com/the-regression-of-indigenous-land-rights/>

⁴⁷ <https://guyanachronicle.com/2017/05/05/govt-committed-to-amerindian-development-harmon-says-only-president-has-authority-over-land-titles>

A extração ilegal de ouro no território venezuelano teve aumento significativo a partir de 2016. E a atividade tem sido disputada entre grupos criminosos e militares venezuelanos.

A paz colombiana entre o governo e as FARC tem influenciado na migração de grupos paramilitares e criminosos para a Venezuela que tem se estabelecido em suas fronteiras e comunidades no interior do território venezuelano. O estabelecimento de grupos colombianos na fronteira com a Venezuela tem gerado confrontos violentos entre grupos criminosos por controle de atividades ilegais.

Como consequência, a disputa tem implicado em busca de fontes de financiamento das atividades e uma delas têm sido o envolvimento e parcial ou completo na extração do ouro no interior do país:

Criminal groups are involved in different components of the illegal mining industry, depending on the territory in which they are established. In some cases, such as in Venezuela, they only charge extortion fees from communities or multinational companies involved in the industry. (INSIGHTCRIME, 2017)

A disputa pela exploração de ouro também tem sido praticada por militares venezuelanos. Em janeiro 2018, o político venezuelano Américo de Grazia em entrevista afirmou que: “There is no coltan, gold or diamond operation that the Bolivarian National Armed Forces (Fuerza Armada Nacional Bolivariana — FANB) do not control, so the contraband of minerals is sponsored, orchestrated and executed by members of the FANB.” (InsightCrime, 2018).

As alegações de violações em terras indígenas têm sido alegadas pelos índios do Alto Paragua que relatam violências vindas da FANB que tem impedido as atividades de subsistência (EjAtlas.2016). No caso destas comunidades do Alto Paragua, há a reivindicação de autonomia de extração do ouro por parte dos indígenas em suas próprias terras.

A provável explicação para ação de exploração ilegal de ouro e as demais atividades ilegais ligadas às atividades ilegais praticadas pelas forças de segurança venezuelanas seria a busca de fontes de recursos para contornar os efeitos das sanções norte-americanas. Em específico sobre a extração ilegal de minerais, o governo venezuelano tem sido acusado de contrabando de ouro e diamantes para países como Dubai e China.

Outro grupo de conflitos são as questões de fronteiras e questões na fronteira venezuelana. A Venezuela tem sustentado dois litígios fronteiriços um diz respeito a Colômbia e outro com a Guiana.

A Venezuela tem argumentado irregularidades em seus laudos arbitrais que definiram suas fronteiras. No caso de seus limites com os colombianos o problema tem se localizado na saída do golfo da Venezuela que banha os dois países. O litígio se encontra na soberania das Ilhas Monjes.

Fig. 20: litígio das Ilhas Monjes



Fonte: Defesa aérea naval, 2017

O interesse nas Ilhas Monjes se encontra na possibilidade de exploração petróleo. A disposição geográfica das penínsulas colombianas e venezuelanas dificulta o estabelecimento definitivo dos limites marítimos.

Em 1952, a Colômbia concedeu a soberania das ilhas à Venezuela. No entanto, em 1974, a posição colombiana passou a ser revista pelos próprios colombianos, alegando que ato administrativo que concedeu as ilhas para a Venezuela é nulo. Desde então os colombianos tem reclamado a soberania das ilhas.

Com episódios delicados e tentativas negociação entre as partes, a questão voltou a debate em 2015. O governo venezuelano editou um decreto estabelecendo Zonas Operativas de Defesa Integral Marítima e Insular (ZODIMAIN). Estas zonas seriam perímetros onde o estado venezuelano poder agir sem consultar os países

vizinhos. O decreto abrangia as Ilhas Monjes, no entanto, após críticas colombianas de que o decreto abrangia uma região em litígio, o decreto foi desfeito.

Em condição semelhante, a Venezuela tem reclamado parte do território guianense. A reivindicação começou nos anos 1960 quando presidente venezuelano Rómulo Betancourt passou a questionar o Laudo de Paris de 1899 que teria estabelecido os atuais limites entre os dois países.

Fig.21: território reclamado pela Venezuela



Fonte: <http://gobiernoonlinea.gob.ve/home/venezuela.dot>

A alegação seria de que não houve imparcialidade do voto de minerva do juiz russo que concedeu voto favorável ao Reino Unido. A reivindicação rendeu episódios conflituosos considerados casos isolados. Um dos mais emblemáticos seria o suicídio coletivo Jonestown em 1979⁴⁸.

Os discursos reivindicatórios por parte da Venezuela se tornaram mais intensos a partir de 2015 com a descoberta de jazidas de petróleo na região reivindicada.

Depois de mediações fracassadas, no final de 2016 a controvérsia chegou às Nações Unidas, e desde então, a questão tem sido mediada pela ONU. Em 2017, o

⁴⁸ Suicídio em massa ocorrido no interior da Guiana, dentro da área reivindicada pela Venezuela, onde um grupo de estadunidenses cometeram suicídio influenciado pelo líder religioso Jim Jhones

Secretário-Geral, António Guterres, mediou o processo e no final do ano decidiu que a controvérsia deveria ser encaminhada para a Corte Internacional de Justiça para uma decisão judicial. A decisão do secretário-geral foi bem recebida pela Guiana, mas criticada por Venezuela.

Outro conflito importante envolvendo Venezuela foram os problemas na fronteira com grupos paramilitares colombianos. Em 2015, após confrontos entre as forças armadas venezuelanas e grupos paramilitares em cidades venezuelanas próximas à fronteira com a Colômbia, o governo venezuelano destruiu casas de colombianos em território venezuelano e desabrigou 23.000 colombianos que regressaram ao seu país. O governo colombiano acusou a Venezuela de intimidação dos imigrantes colombianos usando caças F-16, além de invasão do espaço aéreo colombiano.

Apesar de incidente isolado, a questão reflete a presença de grupos criminosos colombianos em território vizinho. Tal relação fronteiriça foi alvo de diversas crises políticas internacionais entre os dois países

Outro tipo de conflito são os conflitos políticos internacionais de origem ideológica em nível regional e hemisférico. Entre 2008-2010, foram registradas crises não-violentas de origem política e ideológica entre Colômbia e Venezuela.

As crises giravam em torno tanto da ação das FARC e sua relação com a Venezuela quanto da presença estadunidense na região. Durante o período houve acusações colombianas de que Hugo Chaves teria tolerado a presença das FARC e do ELN em território venezuelano.

A retórica chavista vinha de encontro com a aliança colombiana com os EUA e resultaram em episódios de confronto político entre os dois países. A operação colombiana unilateral em solo equatoriano resultou em intensos protestos venezuelanos em 2008.

O incidente teve impacto profundo no processo de negociação e conversas diplomáticas na construção do Conselho de Defesa Sul-Americano em 2008. Segundo Abul-Hak (2013), o incidente alimentava os temores venezuelanos de invasão norte-americana e colombiana em seu território usando a luta contra as FARC como pretexto.

Os conflitos entre os dois vizinhos também tem relação direta com a presença e política estadunidense no continente sul-americano. Desde o início da chamada Revolução Bolivariana de Chaves, em 1999, a Venezuela tem se colocado como

antagonista aos interesses norte-americanos na região. O regime chavista tem com uma das principais tônicas as críticas aos EUA:

Os eventos de 1992 não foram censurados pela maioria da opinião pública venezuelana, que elegeu Hugo Chávez para a Presidência em 1998, com 55% dos votos. Sua plataforma eleitoral baseava-se em três vertentes: quebra dos vínculos de dependência externa da Venezuela, notadamente com relação aos EUA (bolivarianismo externo); promoção da justiça e da inclusão social (bolivarianismo interno); e a execução de um projeto nacional-desenvolvimentista e industrializante, com ampla participação dos setores militares (ABDUK-HAK, 2013, p.135)

Em 2015, a crise entre EUA e Venezuela se tornou mais tensa após o endurecimento do discurso americano com a crise venezuelana que começava a se agravar. O então presidente Barack Obama aplicou sanções ao regime de Maduro, alegando que o regime era “ameaça extraordinária à segurança nacional”. Em 2017, o discurso estadunidense se tornou mais incisivo em relação à Venezuela adicionando às sanções a possibilidade de uma opção militar.

É importante observar que ambos os conflitos se relacionam e tem conotações geopolíticas na segurança regional e se desenrolam as margens de discursos securitizantes. Ademais, apesar do alto nível de tensão política não há uso de violência entre as partes.

Por fim, a pesquisa registrou o último grupo de conflitos venezuelanos: a crise política nacional. O conflito político venezuelano foi registrado tanto na pesquisa do Conflict Barometer e na bibliografia geral, vide que ele possui relações diretas e indiretas com os demais grupos de conflitos.

O regime chavista emerge em um contexto de grave contestação popular e crise política institucional na década de 1990. O regime bolivariano findou o Pacto del Punto Fijo.

Apesar de lograr avanços sociais no país, a ditadura bolivariana sempre teve oposição de vários setores da sociedade venezuelana. E como mencionado no capítulo anterior, o regime chavista impulsionou uma onda de migração entre as classes mais altas.

As oposições ao regime de Chaves se tornaram mais crescentes a partir de 2006 devido ao aumento da crescente da oposição política no parlamento venezuelano. A crescente oposição e as fissuras do modelo *petroleiro rentista* (Lander, 2014) elevou os confrontos políticos entre a oposição e governo.

No entanto, o início da crise política atual se deu a partir das eleições de 2013, na qual, a oposição até então fragmentada se uniu:

Después de fuertes debates, poco a poco, se fue imponiendo en la mayoría de la oposición el criterio de que era necesario construir una base de apoyo política nacional con el propósito de derrotar al gobierno por la vía electoral. Se acordó un candidato unitario para las elecciones presidenciales de ese año, Manuel Rosales, que obtuvo 37% de los votos. Finalmente se constituyó la MUD, Mesa de la Unidad Democrática, y en un momento de máxima unidad de toda la oposición, se realizaron unas elecciones primarias abiertas con un elevado nivel de participación para escoger todos los candidatos de la oposición a los cargos de presidente, integrantes de la Asamblea (Lander, 2014, p.8)

Apesar da derrota do MUD em 2013, a oposição conseguiu se estabelecer como maioria no parlamento em 2015, quebrando o monopólio chavista de 16 anos em assentos parlamentares. Após a contestação da posse dos parlamentares opositoristas feitas por Maduro ao judiciário, começaram os embates institucionais.

A crise política e institucional ocasionada pela disputa entre a oposição e o governo venezuelano e as pressões econômicas vindas tanto da crise do modelo econômico chavista e das sanções americanas, deterioraram os indicadores e as conquistas sociais da Revolução Bolivariana.

Em uma análise geral dos conflitos na Venezuela, observa-se a existência de uma espiral social conflituosa. O que levou os conflitos registrados variar entre crises violentas e não violenta com diferentes efeitos sociais.

É evidente a natureza violenta e conflituosa da atual configuração social venezuelana que tem atenuado conflitos e dinâmicas já existentes como a questão indígena, a presença de grupos paramilitares e cartéis na fronteira com a Colômbia , além dos litígios fronteiriços.

Embora já houvesse dinâmicas e um cenário social conflituoso anterior à crise política chavista – basta verificar os contextos dos anos anteriores ao regime de Chávez - o conflito político tem sido um dos principais indutores dos demais conflitos.

. Em uma análise contextualizada da crise institucional venezuelana é possível observar uma frente interna do conflito, isto é, as limitações dos logros chavistas diante ao cenário de declínio econômico e o relacionamento autoritário com a oposição política.

Por outro lado, observam-se as dinâmicas geopolíticas de interesses norte-americanos que passaram a pressionar o regime de Maduro. Isto porque após as sanções impostas pelos EUA à Venezuela as possibilidades de sobrevivência do

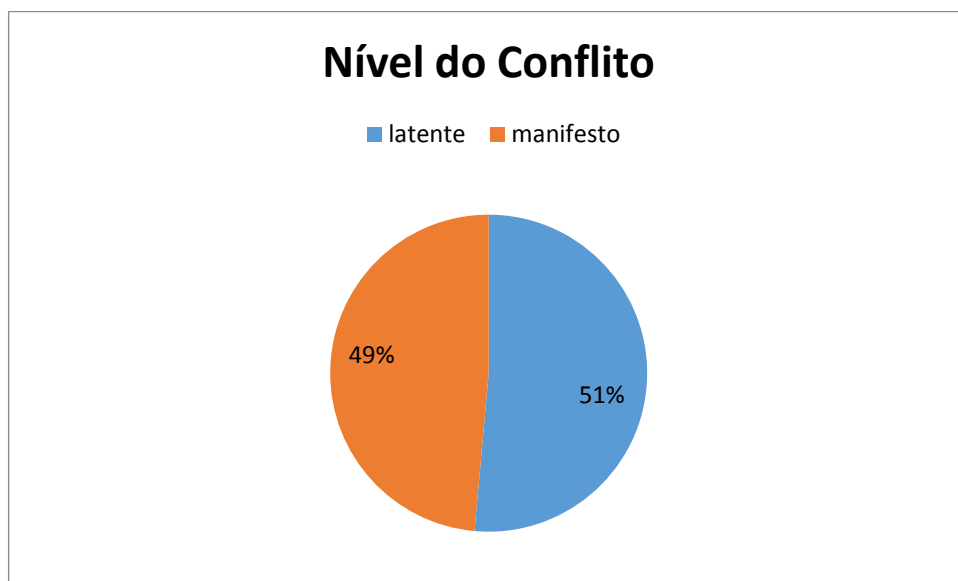
chavismo tornam-se menores à medida de que sua base popular torna-se insatisfeita com a deterioração das conquistas sociais

5.6 Panorama geral dos conflitos

A partir dos dados levantados e das variáveis de análise propostas na metodologia é possível traçar características gerais dos conflitos. Inicialmente é importante observar o *nível do conflito*.

A diferença entre os conflitos que se encontram em nível latente (conflito no nível das ideias e sem atos concretos de agressão) e os conflitos em nível manifesto (conflitos com atos concretos e objetivos de violência) é bem pouca:

Fig. 22: nível do conflito na Região das Guianas

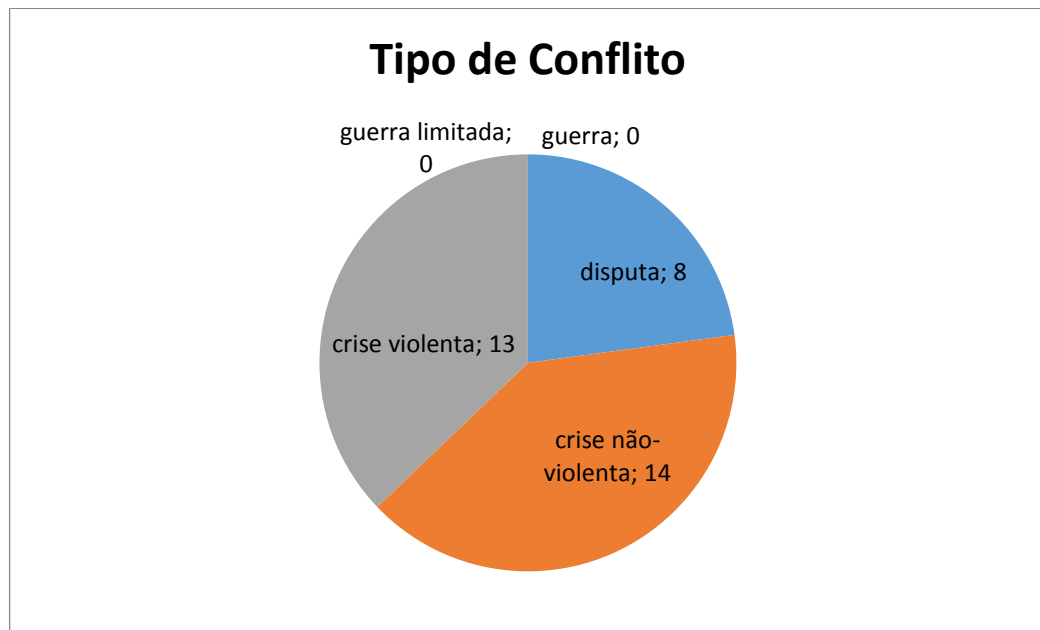


Fonte: Elaboração própria

É importante observar que os conflitos latentes na região se referem aos conflitos que se prolongam por bastante tempo e possuem raízes históricas. A permanência de tal configuração social e/ou a incapacidade do Estado em resolver tais conflitos os prolonga e cria questões potenciais que trazem à tona conflitos até teóricos.

O *tipo de conflito* de acordo com a metodologia do Conflict Barometer não registrou conflitos de alta intensidade como Guerra e Guerra Limitada:

Fig.23.: Tipo de Conflito na Região das Guianas

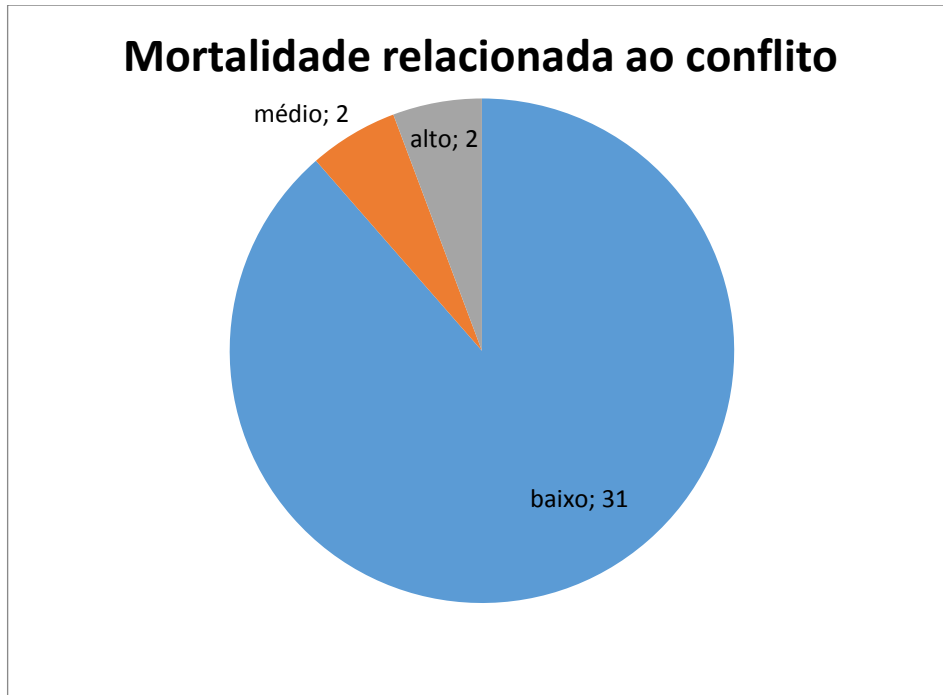


Fonte: Elaboração própria

É possível observar que apesar do grande número de crise violenta – o que poderia caracterizar o predomínio de conflitos em nível manifesto – os conflitos de mais baixa intensidade (disputa e crise-não violenta) se somados possuem valores são a maioria. Tal resultado indica e reforça o gráfico anterior, vide que as disputas e crises-não violentas geralmente se apresentam como conflitos políticos, ideológicos ou questões não resolvidas de longa data.

Outra questão relevante é panorama geral dos dados é a mortalidade relacionada ao conflito. Dos conflitos analisados a maioria as mortes relacionadas diretamente aos conflitos foram em sua maioria números baixos, no entanto, é possível que se considerada a relação indireta entre o número de mortos e conflito o cenário possa ser alterado:

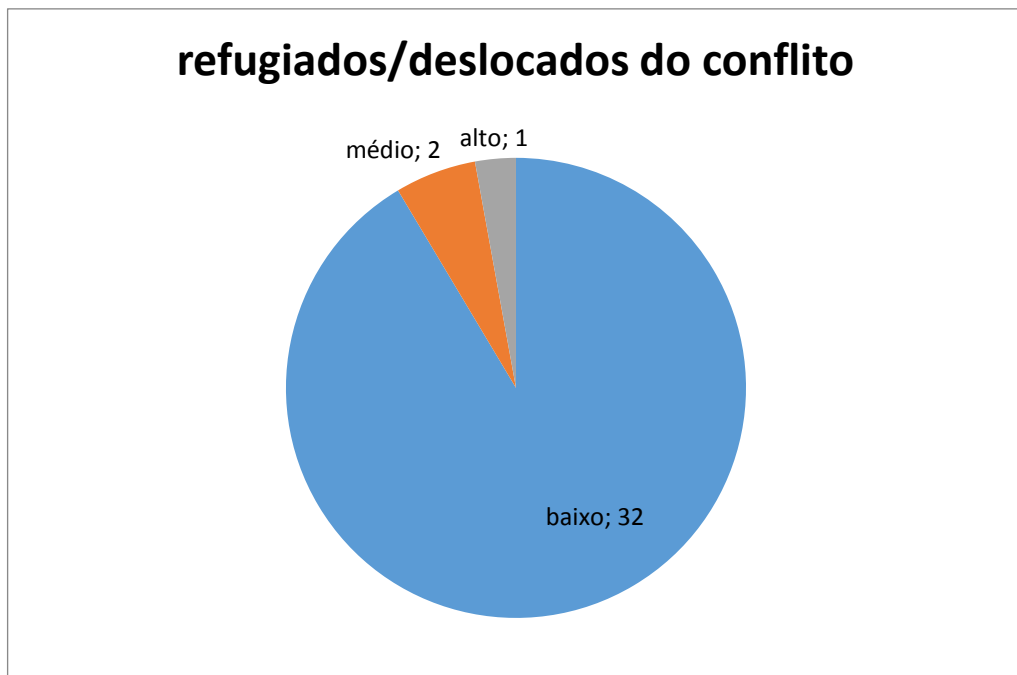
Fig. 24: Mortalidade relacionada ao conflito



Fonte: elaboração própria

O indicador de refugiado/deslocados relacionados ao conflito produziu um cenário semelhante ao do indicador anterior.

Fig. 25: refugiados/deslocados do conflito



Fonte: Elaboração própria

Por fim, existem algumas considerações a serem feitas quanto à distribuição geográfica dos dados e as fontes de pesquisas utilizadas (mapeamentos globais e a bibliografia da região).

O quadro geral da distribuição geográfica pode ser sintetizado assim:

- ✓ 23/35 conflitos localizados na Venezuela
- ✓ 3/35 conflitos localizados em Roraima
- ✓ 0/35 conflitos localizados no Amapá
- ✓ 9/35 conflitos localizados na Guiana Francesa, Suriname, Guiana

Os conflitos localizados em Roraima (3) e na Venezuela (23) são todos registrados nos mapeamentos globais de conflitos e na bibliografia. Enquanto que nas demais guianas (Guiana Francesa, Suriname e Guiana) apenas 2 conflitos (de um total de 9) são mencionados nos mapeamentos globais de conflitos, o restante são registrados da bibliografia.

A relação entre a distribuição geográfica, a bibliografia e os mapeamentos globais de conflitos nos indicam a metodologia e os recursos usados nas pesquisas de mapeamentos dos conflitos.

É notória a prioridade de pesquisas de conflitos em regiões ou países geopoliticamente mais importantes do globo. Isso se deve tanto ao alcance da rede de pesquisadores, quanto ao interesse dos veículos de informação (principal fonte dos mapeamentos de conflitos de alcance global) que priorizam estas regiões e países.

Dessa forma, explica-se a total menção aos conflitos no Brasil e na Venezuela nos mapeamentos, enquanto que nas demais guianas houve apenas a menção aos casos de grande notoriedade.

Em suma, os conflitos na região apresentaram as seguintes características predominantes: Conflitos latentes, conflitos que variam entre disputas e crises violentas e baixo índice de mortalidade e refugiados/deslocados em relação ao conflito.

6. Conclusão

Considerando o referencial teórico abordado, o histórico regional e os dados levantados, algumas considerações são possíveis 1) Os conflitos da região são latentes e derivados de questões de estruturas sociais desiguais, o que revela 2) a persistência de violências estruturais nos ambientes sociais abordados. O que por fim, 3) caracteriza um ambiente social na qual prevalece a paz negativa.

A construção histórica e social dos componentes da Região das Guianas revela que apesar de cada um ter se desenvolvido a partir de lógicas exógenas distintas, a região compartilha de problemas sociais semelhantes inerentes tanto da configuração do Estado quanto dos atores sociais. Neste sentido, a mudança de status quo torna-se difícil e conturbada, levando os conflitos a serem concentrados em memórias, percepções e em causas sociais que se arrastam e perdem força mas que reaparecem em contextos de crise e perturbação institucional e social.

A perpetuação destes conflitos é assegurada pela estrutura social que reitera causas e legítimas violências (diretas ou indiretas). Desta forma, os relacionamentos sociais alimentam os comportamentos institucionais de violência (a partir dos conceitos apresentados na pesquisa).

Como resultado das conclusões anteriores, nos ambientes sociais abordados há a prevalência da paz negativa. Isto é, ausência de violência direta, mas a permanência da violência estrutural.

Em linhas finais, é importante mencionar que a pesquisa não tem como objetivo o esgotamento da discussão, mas propõe a fomentação e o incentivo à abordagem do conflito na Região das Guianas a partir de metodologias já existentes. Sendo assim torna imprescindível a construção da plataforma de mapeamento e análise de dados procurando colaborar com a discussão e as produções acadêmicas que visam a construção e sistematização do conhecido sobre a região.

Referências Bibliográficas

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia N. Tanaka. O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO, OBJETIVOS E INTERESSES BRASILEIROS. Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. (2003). Regions and powers. The structure of international security. Cap; South America: an under- conflictual anomaly.
- BUZAN, B; Hansen, L. (2009). *The evolution os International Security Studies*. Cambridge.
- BUZAN, B. et alli, (1998). *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner publishers.
- Braga, Elendiulle Oliveira; Jesus, Gerciane Ferreira de; Lacerda, Elisângela Gonçalves; "PERFIL DO IMIGRANTE VENEZUELANO RESIDENTE EM BOA VISTA-RR", p. 24-38. In: São Paulo: Blucher, 2017.
- CAVLAK, Iuri. Breve história do Suriname. Macapá: Editora da UNIFAP, 2017
- _____. História Social da Guiana. Macapá: Editora da UNIFAP, 2017
- _____. Introdução à História da Guiana Francesa. Macapá: Editora da UNIFAP, 2017
- _____. Fragmentos da História do Norte da América do Sul: Brasil, Guiana e Suriname. In: PORTO, Jadson luís Rebelo et tal (org.). A fronteira setentrional brasileira: Das histórias pós-coloniais À formação de uma fronteira tardia. Macapá: Editora da UNIFAP, 2015. p. 116-151
- CHAUBEY, Varanya, et al. Cooling Ethnic Conflict Over a Heated Election: Guyana, 2001-2006. Woodrow Wilson School of Public and International Affairs and the Bobst Center for Peace and Justice. 2011
- CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA NA AMAZÔNIA TRANSNACIONAL PAULO GUSTAVO PELLEGRINO CORREA SÃO CARLOS – S.P. 2014. 2014. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Cap.
- CORREA, P. G. P. ; SUPERTI, Eliane. . Integration and International Security in the Guyana Shield: challenges and opportunities. Revista de Geopolítica, v. 7, p. 43-67, 2016.
- CORREA, P. G. P.. The Brazilian foreign policy for the Guyana region. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 4, p. 1526, 2015.
- CORREA, P. G. P.. SURINAME: UM PAÍS DE COSTAS PARA A AMÉRICA DO SUL.. Ciência Geográfica, v. XIX, p. 182195, 2015.

DAS CHAGAS MARTINS, CARMENTILLA . A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira. *Fronteiras & Debates* , v. 3, p. 37, 2017.

FERREIRA, Marcos ; SANT'ANA, Theo . *Violência e ameaças à paz na América do Sul: um estudo de caso do Equador e Peru (2006 – 2013)*. RICRI Vol.3, No.5, pp.136-163. 2016

FERREIRA, Marcos; JÚNIOR, Pedro. *Segurança e construção da paz na América do Sul: os desafios apontados pela Upsalla Conflict Data Program e The Fund for Peace*. RBED vol. 1 n. 1 – JUL/DEZ 2014

FERREIRA, M. A. S. V. ; SANTANA, T. R. . As Bases de Dados para Pesquisas em Paz e Conflitos: funcionalidades, similitudes e diferenças. *Meridiano 47 (UnB)* , v. 16, p. 20, 2015.

FERREIRA, M. A. F. S. . Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional *Critical Studies on Peace and Transnational Organized Crime Études Critiques de la Paix et Crime Organisé Transnational*. REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS , p. 29-50, 2017.

FILHO, Synesio. *As Fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – DAPP. *Repensando a política e gestão da migração no Brasil*. Rio de Janeiro:2018

FUCCILLE, A. ; REZENDE, L. P. . *Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva*

HAAS, B. Ernst. "International integration the European and Universal Process". *International Organization*, vol. 15, No. 3 (Summer,1961), 366-392.

JOHAN, Galtung. (1969), "Violence, Peace, and Peace Research". *Journal of Peace Research*, vol. 6, No. 3, pp. 167-191

JOHAN, Galtung. (1996), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. International Peace Research Institute, Oslo

JOSEPH, Handerson . A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. *CADERNOS OBMIGRA - REVISTA MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS* , v. 1, p. 7-26, 2017

LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. *Política Externa do vizinho distante: estudo de caso da Republica Cooperativa da Guiana*. 2011, 172 f. Tese de Doutorado (Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional). Universidade de Brasília (UnB). Brasília

GRANGER S. *Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de "sul americanização"?* *Confins* [Online], 10 nov. 2008.

GEHRE, Thiago. *Ajuste estratégico na política sul americana do Brasil: alcançando a fronteira norte (1969-1983)*. In: *Carta Internacional* Vol. 7, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 66-80.

GEHRE, Thiago; LINHARES, Erick. Brazil and Guyana: from distant neighbors to potential partners. In: Mural Internacional. v. 3, n. 2, jul-dez.2012.

GEHRE, Thiago; GOMES, Sheldon Thiago Pontes. Brasil, Guiana e o “princípio da não indiferença”. In: Conjuntura Austral. v. 4, n. 17. 2013, p. 97-114.

GRANGER, Stéphane. “As guianas e o Brasil da contenção à continentalização, ou perigos e vantagens de uma interface caribenha e europeia”. In : Acta Geográfica, v. 7, n. 15, 2013.

GRANGER, Stéphane. Geopolítica no Platô das Guianas: rivalidades e cooperação regional. Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, n. 1, p.68-94, 2016.

LANDER, Edgardo. Venezuela: Crisis terminal del modelo pretolero rentista? Tiempo de Crisis:Caracas, 2014.

MARCONI, LAKATOS. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo. Editora Atlas, 5° Edição. 2003

MARQUES, Andressa Clycia Mello de Souza; LEAL2, Marília Daniella Freitas Oliveira. MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL: COOPERAÇÃO COMO MEIO PARA GARANTIR DIREITOS. Conidif, [s.i], v. 1, p.1-11, 2017

MEDEIROS FILHO, Oscar. O BRASIL E A SEGURANÇA NO SEU ENTORNO ESTRATÉGICO, AMÉRICA DO SUL E O ATLÂNTICO. Ipea 2014, cap. 1, Breve panorama de segurança na América do Sul.

MEDEIROS FILHO, Oscar, MARQUES, A. Adriana. O BRASIL E A SEGURANÇA NO SEU ENTORNO ESTRATÉGICO, AMÉRICA DO SUL E O ATLÂNTICO. IPEA 2014, cap. 2, Ente a “segurança democrática” e a “defesa integral”: uma análise de duas doutrinas militares no canto noroeste do subcontinente sul-americano.

NORTON, Aubrey. Governance in an Ethnically Divided Society. In: GRANT, Cedric H. e KIRTON, Mark R. Governance, Conflict Analysis & Conflict Resolution. Ian Randle Publishers: Miami, 2007. p. 167-174.

OBBERG, Kristine Hogg and Magnus et al (Ed.). Understanding peace research: methods and challenges. London And New York: Routledge, 2011

OWEN, Taylor; GRIGSBY, Alexandre. In Transit: Gangs and Criminal Networks in Guyana. Small Arms Survey, Geneva, p.5-59, fev. 2012.

PIANTONI, F. Migrants en Guyane. Paris: Actes Sud, 2011.

PORTO, J. L. R. A construção da condição fronteiriça do oeste amapaense (1947-2014). Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 2, p. 145-173, 2014

PRICE, Richard. QUILOMBOLAS E DIREITOS HUMANOS NO SURINAME. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, p.203-241, maio 1999

PROCÓPIO, Argemiro. “A Amazônia Caribenha”. In: Rev. Bras. Polít. Int. 50 (2): 97-117 [2007]

SAINT-PIERRE, H. “Defesa ou Segurança? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias”. In: Contexto Internacional, v. 33, p. 407-433, 2011.

SILVA, G. V. A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França: Ensaio e Expectativas neste século XXI. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.

SILVA, G. V.. As Guianas - temas clássicos e emergentes para desvendar faces geo-estratégicas do norte da América do Sul. Revista de Geopolítica, v. 7, p. 1, 2016.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. A região das Guianas e o papel do OBFRON na compreensão regional. Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, n. 1, p.6-23, 2016.

SILVA, Brenda Farias; SILVA Gutemberg Vilhena. Relações internacionais Brasil-Suriname: uma leitura a partir dos acordos diplomáticos em assuntos econômicos (1975–2013). In: 1º CONGEO: racionalidades e práticas em múltiplas escalas, 4. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2014

SILVA, G. V. Réflexions sur la République du Surinam. Outre-Terre, v. 43, p. 236, 2015.

SILVA, João. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. In:Caxambu-MG, 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017

Silva, V. G; Rocha M. S. Chintia: o contencioso fronteiro new river triangle: da disputa territorial entre Guiana e Suriname às estratégias de integração no platô das guianas. Disponível em: <http://sef.ufms.br/v-sef/wp-content/uploads/sites/2/2015/09/3-Cinthia-Mirla-Soares-Rocha.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SILVA, Roberta. “O que pretende o Brasil na Guiana Essequibo?” In: Vol. 16, No 147. 2015

SIMÕES, Gustavo da Frota. Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil. Fluxos Migratórios e Refugiados na Atualidade, Berlim, p.45-56, 2018. Disponível em: <<https://www.kas.de/single-title/-/content/fluxos-migratorios-e-refugiados-na-actualidade>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

THEIJE, Marjo de; HEEMSKERK1, Marieke. Moving Frontiers in the Amazon: Brazilian Small-Scale Gold Miners in Suriname. European Review Of Latin American And Caribbean Studies, Amsterdam, p.5-25, set. 2009.

VAZ, Alcides. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: Perspectivas sobre seu

transbordamento nos espaços fronteiriços. Análise Estratégica, no.2, 2017.6

WALT, S. “The Renaissance of Security Studies”. In: International Studies Quarterly, v.35, n.2, p. 211-239, 1991.

WALLENSTEEN, Peter (2001), "The Growing Peace Research Agenda", Kroc Institute Occasional Paper #21, Op.4. South Bend: Univ. of Notre Dame

WALLENSTEEN, Peter. The origins of Cotemporary Peace Research. In: OBERG, Kristine Hoglung And Magnus et al (Ed.). Understanding peace research: methods and challeng. London And New Yourk: Routledge, 2011. p. 14-33

WIBERG, Hakan (2005), "Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro", Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, 21-42.

Mapeamentos de conflitos consultados

Conflict Baromter, Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIC), disponível em: < <https://hiik.de/hiik/methodology/?lang=en> >. Acesso em 02 de outubro de 2018

Environmental Justice Atlas (EjAtlas), Universidade Autonoma de Barcelona. Disponível em:< <https://ejatlas.org/about>>. Acesso em 02 de outubro de 2018

Fragile State Index, Fund For Peace. Disponível em <<http://fundforpeace.org/fsi/methodology/>>. Acesso em 02 de outubro de 2018

InSight Crime, InSight Crime Foundation. Disponível em: < <https://www.insightcrime.org/about-us/#methodology> > Acesso em 02 de outubro de 2018

Upsalla Conflict Data Program, Upsalla University; disponível em: <<http://pcr.uu.se/research/ucdp/definitions>>. Acesso em 02 de outubro de 2018